

Plano de Manejo



Parque Nacional dos Campos Amazônicos



Adriano Gambarini



Adriano PNCB



Adriano Gambarini



Adriano Gambarini



Wimmo Suside Godoi



Adriano Gambarini



Adriano Gambarini



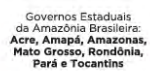
Adriano Gambarini



Ana Rafaela D'Amico



Programa Áreas Protegidas da Amazônia



PRESIDENCIA DA REPÚBLICA

Dilma Vana Rousseff

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Izabella Mônica Vieira Teixeira

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Claudio Carrera Maretti

DIRETORIA DE CRIAÇÃO E MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Lilian Letícia Mitiko Hangae

COORDENAÇÃO GERAL DE CRIAÇÃO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

COORDENAÇÃO DE ELABORAÇÃO E REVISÃO DE PLANO DE MANEJO

Erica de Oliveira Coutinho

PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS AMAZÔNICOS

Bruno Contursi Cambraia

Brasília, 2016

CRÉDITOS TÉCNICOS E INSTITUCIONAIS

Equipe de Revisão do Plano de Manejo do Parque Nacional dos Campos Amazônicos

Coordenação Técnica

Ana Rafaela D'Amico – PNCA/ICMBio

Supervisão e Acompanhamento Técnico do ICMBio

Lílian Hangae – DIMAN/ICMBio

Elaboração de Mapas e Figuras

Bruno Contursi Cambraia – PNCA/ICMBio

Equipe da Unidade de Conservação (Responsáveis pela revisão do documento)

Renato Diniz Dumont

Bruno Contursi Cambraia

Aline Roberta Polli

Ana Rafaela D'Amico

Leonardo de Castro Machado

Colaboração Técnica

Jane Maria de Oliveira Vasconcellos

José Flávio Cândido Jr.

Ayslaner Victor Gallo-de-Oliveira

Revisão e Editoração final

Ana Rafaela D'Amico

Equipe de Elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional dos Campos Amazônicos (2011)

Coordenação Técnica

Ana Rafaela D'Amico – PNCA/ICMBio
Erica de Oliveira Coutinho – COMAN/ICMBio

Supervisão e Acompanhamento Técnico do ICMBio

Lílian Hangae – DIMAN/ICMBio
Allan Razera – CAMUC/ICMBio (quando da elaboração)

Cooperação Técnica

Leda Luz – GTZ
Maria Olatz Cases – GTZ
Maurício Silva – SIPAM/CR-PVH
Thiago Bortoleto Rodrigues – SIPAM/CR-PVH

Coordenação de Campo do Diagnóstico Ambiental

Cecília Alarsa

Consolidação do Diagnóstico Ambiental

Maurício Silva

Coordenação Socioeconomia

Aurelina Viana dos Santos

Elaboração de Mapas e Figuras

Erica de Oliveira Coutinho – COMAN/ICMBio
Thiago Bortoleto Rodrigues – SIPAM/CR-PVH
Charles Silva Barata

Estruturação e Redação do Documento

Jane Maria de Oliveira Vasconcellos

Equipe da Unidade de Conservação

Renato Diniz Dumont
Erica de Oliveira Coutinho
Patrícia Ferreira Ribeiro
Bruno Contursi Cambraia
Ana Rafaela D'Amico – até agosto de 2010
Térsio Abel Pezenti – até março de 2009
Izabel Francisca Cordeiro da Silva – até setembro de 2008
Laíze Pereira Magalhães – voluntária Instituto Pacto Amazônico

Revisão Ortográfica e Editoração

Alessandro O. Neiva - Consultor

Equipe de Consultores Responsáveis pelas Áreas Temáticas

Meio Físico

Eloiza Elena Della Justina
Cecília Alarsa
Charles Silva Barata

Recursos Hídricos Superficiais

Beatriz Machado Gomes
Erica Cristina Pupp

Vegetação

Ayslaner Victor Gallo-de-Oliveira
Marcos Eduardo G. Sobral

Ictiofauna

Solange A. Arrolho
Divina Sueide de Godoi
Rosalvo Duarte Rosa

Herpetofauna

Reginaldo Assêncio Machado
Paulo Sérgio Bernarde

Avifauna

José Flávio Cândido Jr.
Aline Dal'Maso

Mastofauna

Leandro Abade
Ana Rafaela D'Amico
Rogério Cunha de Paula

Socioeconomia

Aurelina Viana dos Santos
Leila Matos

Uso Público

Thiago do Val Simardi Beraldo Souza
Ederson Lauri Leandro

Apoio em Campo – ICMBio

Antônio Elson Portela – Floresta Nacional do Bom Futuro
Leandro de Almeida – Reserva Biológica do Jaru

Agradecimento especial ao Batalhão de Polícia Ambiental de Rondônia pelo apoio prestado em campo durante os Diagnósticos Ambiental e Socioeconômico e Oficina de Planejamento Participativo.

SIGLAS

AAAG	Associação Agroextrativista Aripuanã-Guaribas
ABETA	Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura
AC	Acre
AER	Avaliação Ecológica Rápida
AHE	Aproveitamento Hidrelétrico
AM	Amazonas
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
AP	Amapá
APARP	Associação dos Pequenos Agricultores do Rio Preto
APITIPRE	Associação dos Povos Indígenas do Igarapé Preto
APID	Associação dos Povos Indígenas Diahoy
APITEM	Associação dos Povos Indígenas Tenharin e Morogitá
APP	Área de Proteção Permanente
APRE	Associação dos Produtores da Rodovia do Estanho
APROMAR	Associação de Produtores Rurais do Oeste de Machadinho
ARPA	Programa Áreas Protegidas da Amazônia
ASMOPTA	Associação dos Moradores e Produtores Rurais do Distrito de Tabajara
ASPROMAT	Associação dos Produtores Rurais do Matupi
BASA	Banco da Amazônia S.A.
CCZEE	Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional
CDB	Convenção sobre a Diversidade Biológica
CODESPAM	Conselho dos Assentados
CONCAMPOS	Conselho Consultivo do Parque Nacional dos Campos Amazônicos
CPRM	Serviço Geológico Brasileiro
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte
DRP	Diagnóstico Rápido Participativo
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EJA	Programa de Educação de Jovens e Adultos
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPE	Empresa de Pesquisas Energéticas

EXPOMAT	Exposição Agropecuária de Santo Antônio de Matupi
FAB	Força Aérea Brasileira
FN	Floresta Nacional
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GE	Meio Ambiente Global
GTZ	Agência de Cooperação da Alemanha
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICV	Instituto Centro de Vida
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
ISA	Instituto Socioambiental
KfW	Banco de Cooperação do Governo da Alemanha
MA	Maranhão
MAM	Mosaico da Amazônia Meridional
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MP	Medida Provisória
MT	Mato Grosso
MZEE	Macrozoneamento Ecológico-Econômico
OEMA	Organização Estadual do Meio Ambiente
OPIAM	Organização dos Povos Indígenas do Alto Madeira
OPP	Oficina de Planejamento Participativo
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PA	Projetos de Assentamento
PAB	Programa Avança Brasil
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAE	Projetos Agroextrativistas
PAF	Plano de Assentamento Florestal
PAS	Plano Amazônia Sustentável
PDS	Projetos de Desenvolvimento Sustentável
PGAI	Programa de Gestão Ambiental Integrado

PI	Pontos de interesse
PIB	Produto Interno Bruto
PIC	Projetos Integrados de Colonização
PIN	Programa de Integração Nacional
PM	Plano de Manejo
PMFS	Plano de Manejo Florestal Sustentável
PN	Parque Nacional
PNCA	Parque Nacional dos Campos Amazônicos
POA	Plano Operativo Anual
POLAMAZÔNIA	Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
PPP	Plano Político Pedagógico
ProAE	Programa de Monitoramento de Áreas Especiais
PROBIO	Programa de Biodiversidade
PRONABIO	Programa Nacional de Diversidade Biológica
REx	Reserva Extrativista
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RO	Rondônia
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
RR	Roraima
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena
SEUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SDS/AM	Secretaria Estadual do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SUCAM	Superintendência de Campanhas de Saúde Pública
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TC	Termo de Cooperação
TI	Terra Indígena
TO	Tocantins
UA	Unidades Amostrais
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

UC	Unidade de Conservação
ZA	Zona de Amortecimento
ZI	Zona Intangível
ZOT	Zona de Ocupação Temporária
ZP	Zona Primitiva
ZR	Zona de Recuperação
ZSEE	Zoneamento Socioeconômico e Ecológico
ZUE	Zona de Uso Especial
ZUEx	Zona de Uso Extensivo

SUMÁRIO

ENCARTE 4 – PLANEJAMENTO DO PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS AMAZÔNICOS	295
4.1. Planejamento Estratégico	296
4.1.1. Objetivos Específicos de Conservação do Parque Nacional dos Campos Amazônicos	296
4.1.2. Missão	298
4.1.3. Visão de Futuro	298
4.1.4. Objetivos Estratégicos para o Plano de Manejo do Parque Nacional dos Campos Amazônicos: Diretrizes de Ação	298
4.1.5. Mapas Estratégicos de Longo e Curto Prazos do PNCA	298
4.2. Planejamento Tático	301
4.2.1. Plano de Ações por Programas de Manejo	301
4.2.1.1. Programa Temático de Proteção	301
4.2.1.2. Programa Temático de Pesquisa e Manejo	306
4.2.1.3. Programa Temático de Uso Público	310
4.2.1.4. Programa Temático de Consolidação Territorial	315
4.2.1.5. Programa Temático de Integração com o Entorno	317
4.2.1.6. Programa Temático de Operacionalização	320
4.2.2. Zoneamento do Parque Nacional dos Campos Amazônicos	322
4.2.2.1. Critérios do Zoneamento	322
4.2.2.2. Zonas de Manejo	328
4.2.2.2.1. Zona Intangível	328
4.2.2.2.2. Zona Primitiva	329
4.2.2.2.3. Zona de Uso Extensivo	330
4.2.2.2.4. Zona de Uso Especial	331
4.2.2.2.5. Zona de Recuperação	332
4.2.2.2.6. Zona de Ocupação Temporária	333
4.2.3. Zona de Amortecimento	339
4.2.4. Previsão de Infraestrutura	341
BIBLIOGRAFIA	344

FIGURAS

Figura 4.1: Mapa Estratégico do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, de longo prazo.....	299
Figura 4.2: Mapa Estratégico do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, de curto prazo.....	300
Figura 4.3: Setores de Fiscalização do Parque Nacional dos Campos Amazônicos.....	305
Figura 4.4: Organograma representando a estrutura organizacional do Parque Nacional dos Campos Amazônicos.	322
Figura 4.5: Localização dos blocos do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, utilizados como base para o zoneamento da área.	324
Figura 4.6: Zoneamento do Parque Nacional dos Campos Amazônicos.....	327
Figura 4.7: Zona de Amortecimento e localização da infraestrutura no interior do Parque Nacional dos Campos Amazônicos.....	343

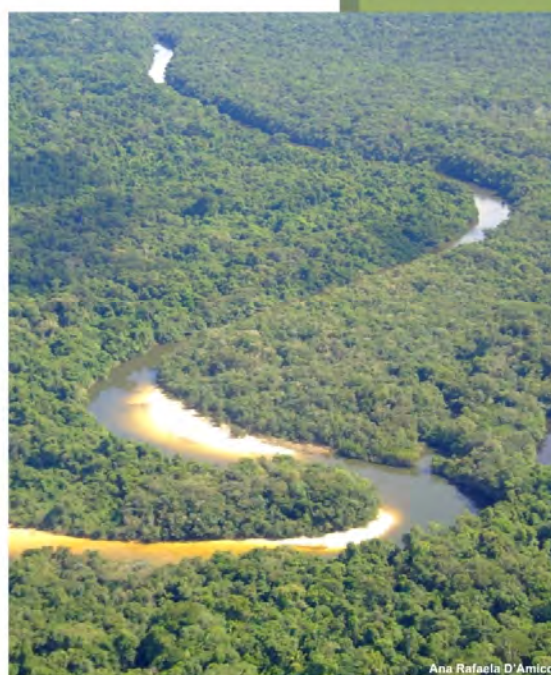
TABELAS

Tabela 4.1: Metas e Indicadores do Programa de Proteção do Parque Nacional dos Campos Amazônicos.....	302
Tabela 4.2: Ações estratégicas para o alcance dos objetivos e metas do Programa de Proteção do Parque Nacional dos Campos Amazônicos.	303
Tabela 4.3: Metas e Indicadores do Programa de Pesquisa e Manejo.	306
Tabela 4.4: Ações estratégicas para o alcance dos objetivos e metas do Programa de Pesquisa e Manejo.....	306
Tabela 4.5: Lista das pesquisas prioritárias a serem realizadas no Parque Nacional dos Campos Amazônicos.....	307
Tabela 4.6: Metas e Indicadores do Programa de Uso Público do Parque Nacional dos Campos Amazônicos.....	310
Tabela 4.7: Ações estratégicas para o alcance dos objetivos e metas do Programa de Uso Público do Parque Nacional dos Campos Amazônicos.....	310
Tabela 4.8: Propostas de locais de visitação a serem avaliados no Plano de Uso Público do Parque Nacional dos Campos Amazônicos.	312
Tabela 4.9: Metas e Indicadores do Programa de Consolidação Territorial.....	315
Tabela 4.10: Ações estratégicas para o alcance dos objetivos e metas do Programa de Consolidação Territorial.....	315

Tabela 4.11: Metas e Indicadores do Programa de Integração com o Entorno.....	318
Tabela 4.12: Ações estratégicas para o alcance dos objetivos e metas do Programa de Integração com o Entorno.....	318
Tabela 4.13: Metas e Indicadores do Programa de Operacionalização.....	320
Tabela 4.14: Ações estratégicas para o alcance dos objetivos e metas do Programa de Operacionalização.	321
Tabela 4.15: Área ocupada por cada zona e seu percentual em relação à área total do Parque Nacional dos Campos Amazônicos.	325
Tabela 4.16: Quadro Síntese do Zoneamento do Parque Nacional dos Campos Amazônicos.....	335

Encarte 4

Planejamento



ENCARTE 4 – PLANEJAMENTO DO PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS AMAZÔNICOS

A revisão do Plano de Manejo do PNCA foi motivada pela possibilidade de instituição da Zona de Amortecimento da UC, conforme previsto na Lei 12.678/2012, e pela necessidade de revisão do zoneamento e da previsão de infraestruturas, de acordo com os novos limites do Parque. Outro fator considerado foi que o Plano de Manejo tem sido utilizado como ferramenta efetiva de gestão, o que foi demonstrado pela monitoria da implementação do Plano, onde foi constatado a implementação de 51% das Ações Estratégicas previstas, além de Objetivos Estratégicos alcançados em dois anos e meio de implementação do Plano, o que também justificou a revisão de alguns aspectos do documento, especialmente das ações já alcançadas ou aquelas que tiveram mudanças na orientação institucional.

A revisão do planejamento do PNCA foi realizada em dois momentos, em agosto de 2013 durante a reunião para monitoria da implementação, quando foram revisados o zoneamento, a previsão de infraestrutura e o mapa estratégico, e foram indicadas as ações estratégicas que deveriam ser atualizadas; e, em dezembro de 2013, com a revisão das atualizações das ações estratégicas e do documento pela equipe da UC. O detalhamento das alterações realizadas em relação ao Plano de Manejo anterior encontra-se no Relatório da Reunião de Monitoria e Revisão, anexo deste documento.

Salienta-se que foram atualizados apenas aspectos pontuais das ações estratégicas, e metas e objetivos estratégicos já alcançados, e aprimorados os indicadores, além do zoneamento e previsão de infraestrutura. Os Objetivos Específicos, Missão e Visão de Futuro não foram alterados, mantendo grande parte do primeiro planejamento da UC.

O primeiro planejamento do PNCA, aprovado pela Portaria 39 de 11 de junho de 2011, foi elaborado com base nos resultados dos diagnósticos temáticos, das análises feitas na Oficina dos Pesquisadores e nas Oficinas de Planejamento Participativo (OPP).

Para facilitar a utilização do diagnóstico como base no planejamento, os próprios pesquisadores responsáveis pelo mesmo identificaram os objetivos específicos do Parque e os alvos de conservação, as ameaças existentes ou potenciais contra estes alvos e propuseram estratégias de ações consideradas necessárias para controlar as ameaças. Os pesquisadores também estabeleceram o grau de importância das ameaças e priorizaram as ações propostas. A matriz resultante desta análise consta no Relatório da Reunião dos Pesquisadores, anexo deste Plano de Manejo. Desta reunião também resultaram propostas para a Visão de Futuro do Parque e para o zoneamento.

Nas duas OPP, uma realizada com representantes de 31 organizações da região e do entorno do PNCA e outra com 45 pessoas, entre representantes de organizações indígenas, não-indígenas e lideranças das aldeias envolvidas, representando os povos do Alto Madeira, Tenharim e Djahoy, também foram identificadas as oportunidades e as ameaças e, a partir destas, apresentadas propostas de ação (relatório anexo deste Plano de Manejo).

Os resultados destas reuniões orientaram a elaboração do Planejamento Estratégico e Tático do PNCA, a seguir apresentado.

O Planejamento Estratégico estabelece as bases para a elaboração do Planejamento Tático, o qual por sua vez estabelece a base necessária para o Planejamento Operacional, a ser elaborado posteriormente pela equipe gestora do Parque Nacional.

Desta forma, para que este Plano de Manejo seja posto em prática é preciso que a Unidade o utilize de forma adequada, detalhando as ações propostas em Planos de Trabalho e Planos Operativos Anuais. Para tanto, é preciso que o PNCA conte com um sistema de gestão suficiente e apto para enfrentar os desafios futuros.

4.1. Planejamento Estratégico

No planejamento estratégico do PNCA foram estabelecidos os objetivos específicos da Unidade, a sua missão, sua visão de futuro e, a partir destes, elaborados os seus objetivos estratégicos.

4.1.1. Objetivos Específicos de Conservação do Parque Nacional dos Campos Amazônicos

Considerando os objetivos do SNUC e da categoria de manejo Parque Nacional (Lei Nº 9.985/2000), o objetivo estabelecido no decreto de criação da Unidade (Decreto S/Nº de 21 de junho de 2006): “*proteger a diversidade biológica e os processos ecológicos da região entre os rios Machado, Branco, Roosevelt e Guaribas, suas paisagens e valores abióticos associados*” e considerando a especificidade dos atributos ambientais e da biodiversidade do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, foram estabelecidos os seus objetivos específicos de conservação e manejo, abaixo relacionados:

- Preservar amostra significativa da biodiversidade do interflúvio Madeira-Tapajós, manter a conectividade do Mosaico da Amazônia Meridional e contribuir para o desenvolvimento sustentável da região Amazônica.
- Proteção do enclave de Cerrado, vegetação relictual isolada do restante do bioma, para manter espécies associadas, a biodiversidade gênica e possíveis processos de especiação em andamento.
- Garantir a integridade da interface entre Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta, Cerrado e Campinarana, devido à característica única de seus processos ecológicos e espécies associadas.
- Preservar ambientes florestais contínuos que garantam a manutenção do fluxo gênico das espécies associadas.
- Preservar ambientes florestais no entorno e interior das áreas de Cerrado e Campinarana, que dificultam a entrada de espécies invasoras de outros ambientes abertos e que funcionam como corredores que viabilizam o fluxo gênico das espécies florestais.
- Proteger áreas de Campinaranas por apresentarem peculiaridade de fisionomia e composição florística; e espécies relevantes como *Lagenocarpus* sp., *Mauritiella* sp. na margem do rio Roosevelt e *Bonnetia* sp. nas proximidades da Rodovia Transamazônica.
- Proteger as nascentes dos Rios Branco, Macacos, Manicoré e de afluentes dos Rios Machado, Roosevelt e Guaribas.
- Garantir a manutenção dos ritmos de cheia e vazante especialmente nos rios Machado e Roosevelt, importantes para a biodiversidade associada, rara ou ameaçada de extinção, como *Pteronura brasiliensis* sp.

- Proteger ambientes aquáticos diferenciados como cachoeiras, corredeiras e bancos de areia, especialmente ao longo dos rios Roosevelt e Machado, importantes para a reprodução de quelônios e peixes, como os grandes bagres, e para a manutenção dos estoques pesqueiros para a subsistência das populações ribeirinhas e eventual exploração turística.
- Proteger a rede hidrográfica que contribui para a manutenção das áreas de Cerrado e regula a dinâmica hídrica do subsolo, devido à característica porosa-fissural do aquífero da Província Hidrogeológica Escudo Brasil Central.
- Proteger populações de espécies vegetais de especial interesse como a palmeira sub-andina *Chellyocarpus cf. Chuco* (primeiro registro para a Amazônia Meridional), e das possíveis novas espécies de palmeira *Syagrus* sp. e buritirana *Mauritiella* sp., e as espécies relevantes sempre-viva *Paepalanthus chiquitensis*, *Lagenocarpus* sp1, *Drosera* sp1, *Bonnetia* sp1 e *Selenicereus* sp1.
- Conservar as populações isoladas de espécies típicas de cerrado já identificados no PNCA, como os anfíbios *Hypsiboas albopunctatus*, *Dendropsophus sanborni*, *Rhinella* gr. *granulosa*, os répteis *Hoplocercus spinosus* *Bothrops matogrossensis*, *Oxyrhopus rhombifer*, *Pseudoboa nigra*, *Thamnodynastes pallidus*; aves como *Neothraupis fasciata*, *Melanopareia torquata*, *Brotogeris chiriri*, *Saltator atricolis*, mamíferos veado-campeiro *Ozotocerus bezoarticus* e espécies vegetais como bate-caixa lixeira *Palicourea rígida*, *Antonia ovata*, sempre-viva *Paepalanthus chiquitensis*.
- Conservar populações frágeis¹ já identificadas no Parque como: peixes caparari *Pseudoplatystoma tigrinus* e pirarara *Brachyplatystoma vailanti* anfíbios *Trachycephalus resinifictrix* e *Leptodactylus fuscus*; répteis como *Pseudoboa nigra* e *Bothrops matogrossensis*; aves como *Harpia harpyja*, *Neothraupis fasciata*, *Tachyphonus rufus* e *Sporophila plumbea* e mamíferos cachorro-do-mato-de-orelhas-curtas *Atelocynus microtis*, cachorro-vinagre *Speothos venaticus*, *Mico manicorensis*, ariranha *Pteronura brasiliensis*, onça-pintada *Panthera onca* e puma *Puma concolor*.
- Propiciar ambientes naturais conservados para as atividades de visitação e recreação de forma ordenada, voltados para a conscientização ambiental, a valorização e conservação do patrimônio natural, histórico e cultural, especialmente nos rios Roosevelt e Machado e no enclave de Cerrado.
- Propiciar espaços e oportunidades para atividades de educação ambiental e envolvimento da comunidade do entorno nos esforços de conservação da natureza, com destaque para o Cerrado e a Campinarana.
- Incentivar, apoiar e buscar o desenvolvimento da pesquisa científica em consonância com as prioridades de manejo e monitoramento do Parque, e que forneçam subsídios para sua gestão e auxiliem na formulação de estratégias adequadas de conservação da biodiversidade abrigada pela Unidade.
- Realizar o monitoramento de indicadores da biodiversidade do PNCA, de modo a reunir elementos úteis à tomada de decisões que propiciem a conservação de sua biodiversidade.

¹ Espécies raras, ameaçadas, endêmicas, pouco conhecidas, ou com função chave nos ecossistemas.

- Estimular a conservação e o manejo adequado dos recursos naturais na zona de amortecimento, promovendo regularização ambiental e práticas econômicas sustentáveis.

4.1.2. Missão

Conservar e pesquisar parte significativa do maior refúgio do cerrado no sul da Amazônia e suas interfaces com Campinaranas e formações florestais, e as populações de espécies isoladas nas áreas naturais abertas; conservar nascentes dos Rios Branco, Macacos e Manicoré e afluentes dos Rios Roosevelt e Machado; estimular o desenvolvimento regional por meio da pesquisa, do turismo ecológico e da educação ambiental; e contribuir para a conectividade do Mosaico da Amazônia Meridional.

4.1.3. Visão de Futuro

Ser uma Unidade efetivamente protegida, com infraestrutura e território consolidado e equipe motivada e suficiente para atender aos desafios de sua gestão, que estimula pesquisa científica e uso público, com participação das comunidades do entorno.

4.1.4. Objetivos Estratégicos para o Plano de Manejo do Parque Nacional dos Campos Amazônicos: Diretrizes de Ação

Para melhor planejar o manejo do PNCA, de forma a alcançar a Visão de Futuro, foram definidos 23 objetivos estratégicos, de acordo com as perspectivas do ambiente, dos usuários, dos processos internos, do aprendizado e inovação e financeira e de suporte. Estes objetivos estratégicos estabelecem as diretrizes a serem seguidas no planejamento das ações de manejo, considerando sempre que o êxito do planejamento de uma unidade de conservação de proteção integral depende de ações que garantam a alta viabilidade dos seus recursos, o controle das ameaças a estes recursos, um gerenciamento adequado e uma forte valorização social.

4.1.5. Mapas Estratégicos de Longo e Curto Prazos do PNCA

Os objetivos estratégicos propostos estão representados no Mapa Estratégico do PNCA de longo prazo, como forma de orientar e facilitar o planejamento dos programas e ações de manejo necessários para o cumprimento dos mesmos (Figura 4.1). O Mapa Estratégico expressa hipóteses a serem testadas no decorrer da implantação do Plano de Manejo, as quais poderão ser futuramente modificadas, com os devidos ajustes nos programas temáticos, em processo de manejo adaptativo. A hipótese explicitada no Mapa Estratégico é que a conservação e a conectividade dos ambientes terrestres e fluviais da região do PNCA e do Mosaico da Amazônia Meridional dependem principalmente da proteção e consolidação dos novos limites da Unidade, bem como dos resultados das pesquisas voltadas para o manejo, do sucesso no ordenamento e qualificação da visitação e mudanças nas relações com o entorno, dependendo também de sua regularização fundiária.

Foi também elaborado um Mapa Estratégico de curto prazo, mais simplificado, incluindo apenas os objetivos estratégicos considerados viáveis de serem cumpridos nos próximos três anos (Figura 4.2), considerando o quantitativo atual da equipe da Unidade, conforme segue:

Figura 4.1: Mapa Estratégico do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, de longo prazo.

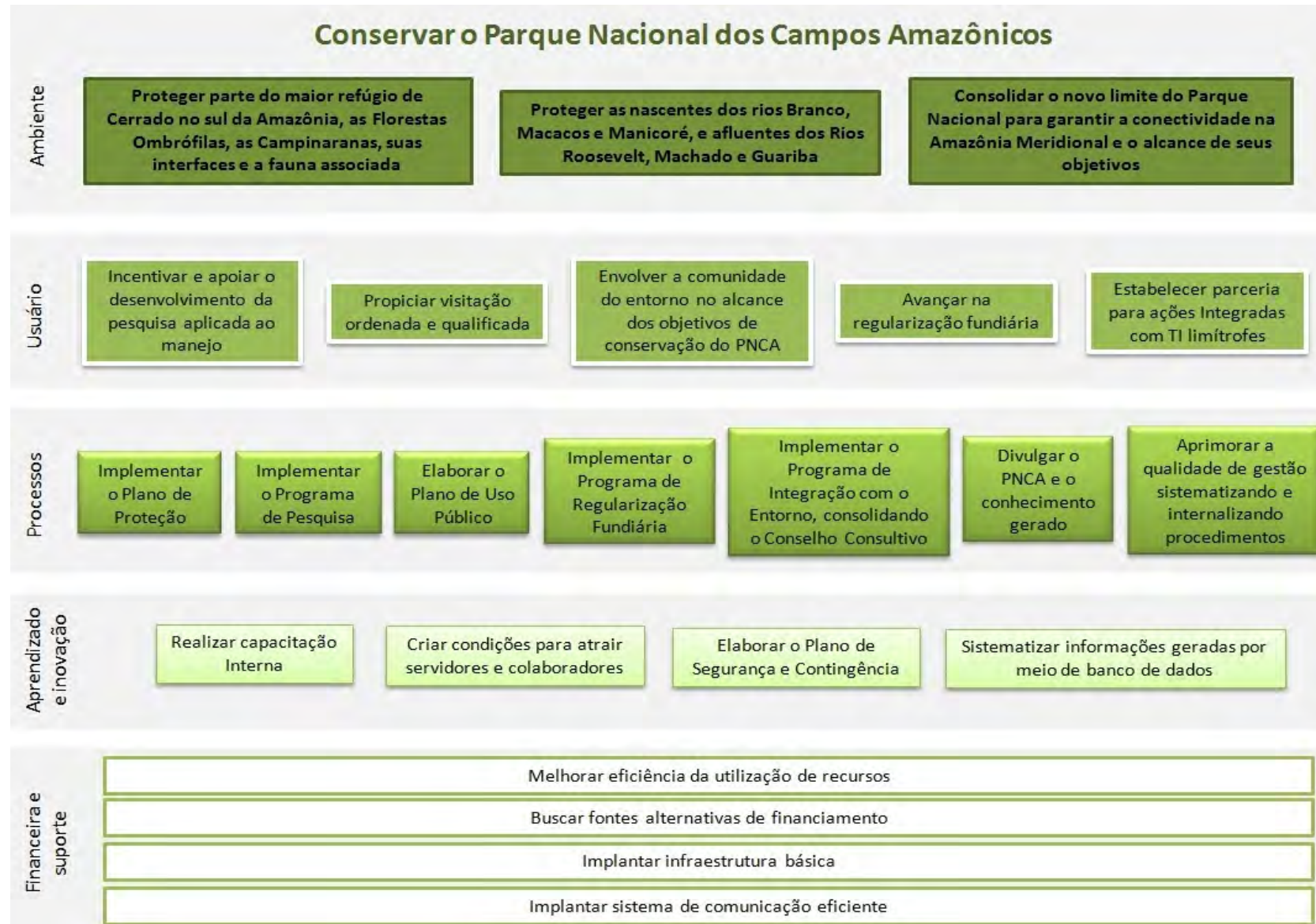
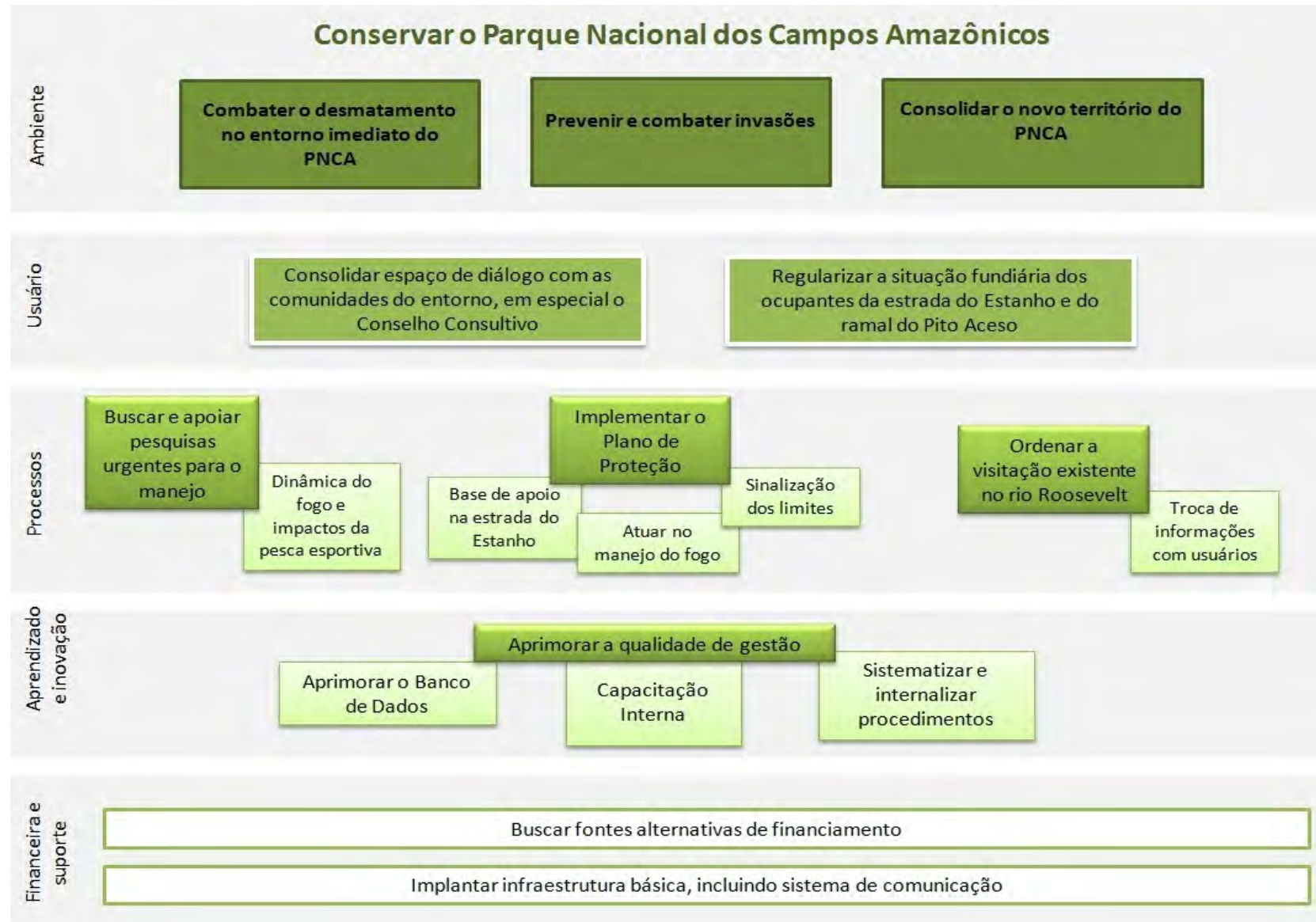


Figura 4.2: Mapa Estratégico do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, de curto prazo.



4.2. Planejamento Tático

A partir do planejamento estratégico foi elaborado o planejamento tático, no qual constam os programas e ações de manejo necessárias para o cumprimento dos objetivos estratégicos e o zoneamento do PNCA e seu entorno (Zona de Amortecimento), o qual estabelece onde as ações planejadas poderão ser desenvolvidas, visando sempre a melhor forma de atingir a Visão de Futuro da Unidade.

4.2.1. Plano de Ações por Programas de Manejo

Para alcançar os 23 objetivos estratégicos contidos no Mapa Estratégico do PNCA de longo prazo foram planejadas ações estratégicas organizadas nos seguintes Programas Temáticos:

- Programa de Proteção, com três subprogramas: Fiscalização, Prevenção e Combate de Incêndios e Monitoramento Ambiental.
- Programa de Pesquisa e Manejo.
- Programa de Uso Público, com dois subprogramas: Recreação e Educação Ambiental.
- Programa de Consolidação Territorial: com dois subprogramas: Consolidação Territorial e Redefinição de Limites.
- Programa de Integração com o Entorno, com quatro subprogramas: Conselho Consultivo, Relações Interinstitucionais, Educação Ambiental e Alternativas de Desenvolvimento.
- Programa de Operacionalização, com cinco subprogramas: Administração e Finanças, Infraestrutura, Equipamentos e Manutenção, Comunicação e Divulgação, Sistema Integrado de Informação e Autorizações para Licenciamento Ambiental.

Os objetivos estratégicos do Mapa de Curto Prazo são orientadores das prioridades para a gestão da UC nos próximos três anos, como o planejamento foi elaborado com vistas ao alcance dos objetivos de longo prazo, apenas estes são citados nos Programas de Manejo.

Para cada programa temático foram inicialmente identificados os objetivos estratégicos de longo prazo a serem atendidos, sendo também estabelecidas metas e indicadores por programa. O planejamento das ações foi feito visando o cumprimento de cada uma das metas.

As Tabelas a seguir apresentam as metas de cada programa e as ações estratégicas a serem executadas a partir das metas estabelecidas, em ordem de prioridade para atendimento dentro de cada meta, ou assinalando quando as ações são contínuas ou eventuais.

4.2.1.1. Programa Temático de Proteção

Objetivo do Programa

Este programa visa a proteção dos recursos naturais, das instalações e dos usuários da UC, protegendo também os ambientes da zona de amortecimento de modo a prevenir e minimizar impactos sobre o PNCA.

Objetivos Estratégicos a Serem Atendidos

- Proteger parte do maior refúgio de Cerrado no sul da Amazônia, as Florestas Ombrófilas, as Campinaranas, suas interfaces e a fauna associada.

- Proteger as nascentes dos Rios Branco, Macacos e Manicoré, e afluentes dos Rios Roosevelt, Machado e Guariba.
- Estabelecer parceria para ações Integradas com TI limítrofes.
- Implementar o Plano de Proteção.
- Sistematizar informações geradas por meio de banco de dados.
- Elaborar o Plano de Segurança e Contingência.
- Implantar sistema de comunicação eficiente.
- Implantar infraestrutura básica.
- Realizar capacitação Interna.

Este programa compreende os subprogramas: Fiscalização, Prevenção e Combate de Incêndios e Monitoramento Ambiental. As metas a serem atingidas pelo programa, com os respectivos indicadores constam na Tabela 4.1 e as ações estratégicas para o alcance de cada meta, com suas prioridades, constam na Tabela 4.2.

Tabela 4.1: Metas e Indicadores do Programa de Proteção do Parque Nacional dos Campos Amazônicos.

Metas	Indicadores
1. Contar com Plano de Proteção eficiente e atualizado sistematicamente.	<ul style="list-style-type: none"> – Percentual de implementação do Plano de Proteção. – Plano de Proteção atualizado anualmente com incorporação das lições aprendidas.
2. Prevenir e combater invasões e desmatamento no interior do Parque Nacional.	<ul style="list-style-type: none"> – Número de infratores e/ou instalações encontradas por operação. – Percentual de área desmatada no interior do Parque.
3. Conter o avanço do desmatamento nas áreas próximas ao enclave de Cerrado e Campinaranas.	<ul style="list-style-type: none"> – Área desmatada anualmente no entorno dos enclaves de Cerrado (10 km) e de Campinaranas (5 km)
4. Conter o avanço do desmatamento nas áreas de conectividade com o Mosaico da Amazônia Meridional.	<ul style="list-style-type: none"> – Área desmatada anualmente na região de conexão com o MAM (ZA) – Nº de operações de fiscalização realizadas em conjunto com Reserva Biológica do Jaru e Mosaico do Apuí.
5. Manejar e controlar o fogo na Unidade.	<ul style="list-style-type: none"> – Plano de Prevenção e Combate a incêndios aprimorado anualmente e em implementação.
6. Diminuir o número de ilícitos ambientais no interior e entorno do Parque Nacional.	<ul style="list-style-type: none"> – Número de dias com presença de servidores no interior e entorno do Parque Nacional.
7. Realizar ações integradas com a Terra Indígena Tenharim Marmelos.	<ul style="list-style-type: none"> – Número de ações/ano realizadas em conjunto com indígenas.
8. Contribuir para manter os corpos hídricos do Parque livre de barramentos.	<ul style="list-style-type: none"> – Número de barramentos nos corpos hídricos da UC.

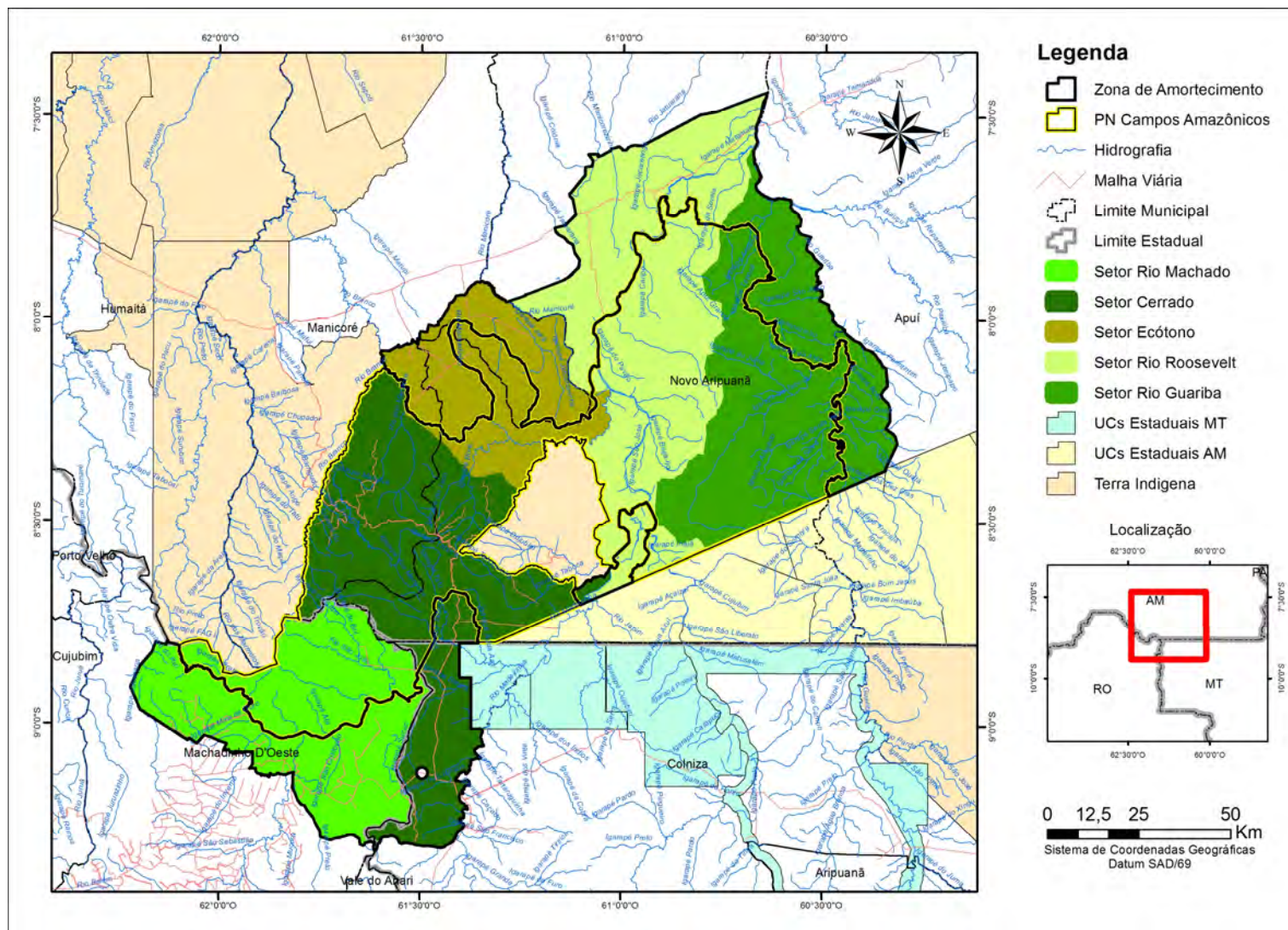
Tabela 4.2: Ações estratégicas para o alcance dos objetivos e metas do Programa de Proteção do Parque Nacional dos Campos Amazônicos.

Prioridade	Ações Estratégicas
Meta 1: Plano de Proteção eficiente e atualizado sistematicamente	
1	Elaborar e implementar o Plano de Proteção, que deve incluir o mapeamento das principais rotas de vigilância e fiscalização na UC.
2	Elaborar e implementar um Manual de Procedimentos Fiscalizatórios, que complemente as orientações institucionais, especialmente quanto aos métodos de sistematização de informações de campo, além de outras informações pertinentes.
3	Fiscalizar e monitorar o cumprimento dos instrumentos legais estabelecidos para a regularização fundiária da UC.
Contínuo	Avaliar e aprimorar o Plano de Proteção da UC anualmente.
Contínuo	Sistematizar as informações de fiscalização e controle no banco de dados da UC.
Contínuo	Realizar o monitoramento remoto do avanço do desmatamento e focos de calor na UC e zona de amortecimento.
Contínuo	Monitorar e fiscalizar, conforme a demanda, as atividades impactantes desenvolvidas na Zona de Amortecimento da UC, vinculadas às ações de fiscalização programadas.
Contínuo	Buscar o apoio das instituições de segurança pública e órgãos de fiscalização e controle ambiental para ações na região da UC e atividades conjuntas.
Contínuo	Sinalizar os limites mais conflitantes da UC, aproveitando oportunidades durante as ações de fiscalização.
Contínuo	Disponibilizar materiais e informações sobre legislação aplicada ao meio ambiente e práticas legais para as comunidades do entorno da UC.
Eventual	Articular com ABIN, Exército Brasileiro, Polícia Federal, ou outros órgãos que atuem na área de inteligência, serviços de inteligência para subsidiar ações específicas de proteção da UC.
Meta 2: Prevenir e combater invasões e desmatamento no interior da Unidade	
1	Realizar fiscalização nas áreas mais suscetíveis e com denúncias de invasão da UC, em especial na região de invasão da APROMAR.
2	Acompanhar os processos judiciais referentes às invasões e buscar as providências necessárias.
Meta 3: Conter o avanço do desmatamento nas áreas próximas ao enclave de Cerrado e Campinaranas	
1	Realizar fiscalização para combater o desmatamento ao norte da UC nas áreas próximas ao fragmento de Campinarana, e ao sul da UC nas áreas próximas ao enclave de Cerrado na estrada do Estanho.
Meta 4: Conter o avanço do desmatamento nas áreas de conectividade com o Mosaico da Amazônia Meridional	
1	Planejar e executar ações de proteção integradas com as demais áreas protegidas do sul amazônico, principalmente com a Reserva Biológica do Jaru e o Mosaico do Apuí.
Meta 5: Manejo e controle do fogo na Unidade	
1	Elaboração e implementação de plano básico de prevenção e combate a incêndios.
2	Estabelecer parceria com a brigada municipal do PREVFOGO/IBAMA em Santo Antônio do Matupi e Machadinho D'Oeste para prevenir e combater os incêndios na UC e entorno.
3	Avaliar <i>in loco</i> os focos de calor identificados via satélite, em especial nas áreas de maior

Prioridade	Ações Estratégicas
	incidência na UC e entorno.
4	Manter, anualmente, brigada de prevenção e combate a incêndios da UC.
5	Trabalhar e fazer parcerias visando difundir o manejo e alternativas ao fogo na TI Tenharim Marmelos, TI Igarapé Preto, Santa Maria II, Tabajara, Três Fronteiras e Estrada do Estanho.
Contínuo	Avaliar e aprimorar anualmente o Plano de Prevenção e Combate a Incêndios.
Meta 6: Diminuir o número de ilícitos ambientais no interior e entorno da UC	
1	Fiscalizar a UC e entorno para controle da extração irregular de madeira, desmatamento, uso indiscriminado do fogo, alteração de áreas naturais e outros ilícitos ambientais.
2	Fiscalizar a pesca predatória, principalmente em corredeiras, cachoeiras, entradas de igarapés, lagoas e nascentes e durante o período da piracema.
3	Monitorar e fiscalizar atividades de pesquisa para garimpo na UC, em especial no enclave de Cerrado e no igarapé gavião.
Meta 7: Realizar ações integradas com a Terra Indígena Tenharim Marmelos	
1	Trabalhar com os indígenas da TI Tenharim Marmelos questões relacionadas a legislação ambiental e outras temáticas demandadas e pertinentes para a UC e TI.
2	Realizar fiscalização em conjunto com os indígenas da TI Tenharim Marmelos ao longo do Rio Branco.
3	Monitorar e avaliar as ações integradas realizadas com os indígenas da TI Tenharim Marmelos.
Meta: Contribuir para manter os corpos hídricos do Parque livre de barramentos	
1	Divulgar a importância da região para conservação, uso público e educação ambiental, em especial o Rio Roosevelt.
2	Buscar apoio externo para defender o Rio Roosevelt das ameaças de barramento.

As rotinas de fiscalização serão definidas de acordo com a divisão da Unidade nos seguintes setores de fiscalização: Rio Machado, Cerrado, Ecótono, Rio Roosevelt e Rio Guaribas (Figura 4.3). As rotinas serão especificadas no Plano de Proteção do PNCA, e atualizadas conforme a necessidade da Unidade.

Figura 4.3: Setores de Fiscalização do Parque Nacional dos Campos Amazônicos.



4.2.1.2. Programa Temático de Pesquisa e Manejo

Objetivo do Programa

Incentivar e coordenar a realização de pesquisas científicas de interesse do PNCA, e o monitoramento de indicadores de sua biodiversidade, de modo a fornecer subsídios para a gestão da Unidades e demais programas de manejo, o que propiciará o acompanhamento da evolução natural, da recuperação dos recursos naturais e a análise dos resultados das atividades de manejo.

Objetivos Estratégicos a Serem Atendidos

- Incentivar e apoiar o desenvolvimento da pesquisa aplicada ao manejo.
- Implementar o Programa de Pesquisa.
- Divulgar o PNCA e o conhecimento gerado.
- Sistematizar informações geradas por meio de banco de dados.

As metas a serem atingidas pelo programa, com os respectivos indicadores, constam na Tabela 4.3 e as ações estratégicas para o alcance de cada meta, com suas prioridades, constam na Tabela 4.4. A Tabela 4.5 apresenta uma lista das pesquisas consideradas prioritárias para apoiar o manejo da Unidade.

Tabela 4.3: Metas e Indicadores do Programa de Pesquisa e Manejo.

Metas	Indicadores
1. Divulgar e implementar o Programa de Pesquisa voltado para a gestão da UC, com ênfase nos impactos da visitação e dinâmica do fogo.	– Número de pesquisas voltadas para o manejo realizadas.
2. Elaborar o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas da UC.	– Plano de Recuperação de Áreas Degradadas elaborado e em implementação.

Tabela 4.4: Ações estratégicas para o alcance dos objetivos e metas do Programa de Pesquisa e Manejo.

Prioridade	Ações Estratégicas
Meta 1: Divulgar e implementar o Programa de Pesquisa voltado para a gestão do Parque Nacional, com ênfase nos impactos da visitação e dinâmica do fogo	
1	Buscar a realização de pesquisas essenciais para o manejo da UC (Pesquisas com prioridade 1).
2	Incentivar a realização de pesquisas prioritárias (Pesquisas com prioridade 2 e 3) e outras voltadas para o manejo da UC.
3	Estabelecer e fortalecer parcerias para realização de pesquisas com foco nas necessidades de manejo da UC.
4	Estimular e acompanhar o retorno dos resultados das pesquisas realizadas na UC, de todas as áreas do conhecimento, com uso do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – SISBio
5	Sistematizar e organizar as informações disponíveis ou que venham a ser geradas a partir das pesquisas realizadas na UC, para montagem de banco de dados visando

Prioridade	Ações Estratégicas
	identificação de outras lacunas de conhecimento relacionadas aos desafios de gestão da UC
6	Formar o comitê Técnico-científico para avaliação e debate sobre os resultados alcançados pelas pesquisas e sua incorporação em decisões de manejo.
Meta 2: Promover atividades de retirada de espécies exóticas e de recuperação de áreas degradadas	
Contínua	Retirar espécies exóticas do interior da UC de acordo com as orientações do Plano de Recuperação de áreas degradadas
1	Estabelecer normas para o controle de espécies exóticas através dos acordos de convivência com moradores da UC.
2	Elaborar e implementar Plano de Recuperação de Áreas Degradadas.

Tabela 4.5: Lista das pesquisas prioritárias a serem realizadas no Parque Nacional dos Campos Amazônicos.

	Pesquisas
Prioridade 1	Avaliação da atividade de pesca esportiva no rio Roosevelt, seus efeitos sobre as espécies pescadas e para a comunidade ictia, incluindo a capacidade de suporte do rio/comunidade para a atividade de pesca esportiva.
	Estudo sobre a dinâmica do fogo no enclave de Cerrado, sua relação com a manutenção das áreas abertas naturais e a biodiversidade da UC; a susceptibilidade do PNCA a incêndios; a capacidade de regeneração natural dos ambientes da UC; avaliação de métodos e práticas de prevenção e combate a incêndios e indicação de ações para o adequado manejo do fogo na UC.
	Identificação e detalhamento dos possíveis impactos a serem causados pela implantação de hidrelétricas na área do PNCA.
Prioridade 2	Mapeamento das manchas de capim no enclave de Cerrado, avaliação da evolução natural da fronteira capim/vegetação natural, e avaliação de técnicas de manejo possíveis para subsidiar plano de recuperação de áreas degradadas.
	Status populacional, aspectos ecológicos e distribuição do veado-campeiro <i>Ozotocerus bezoarticus</i> no PNCA.
	Confirmação da ocorrência, status populacional, aspectos ecológicos e distribuição cervo-do-pantanal <i>Blastocerus dichotomus</i> .
	Capacidade de suporte para atividades relativas a gestão da UC e de ecoturismo dos ambientes mais frágeis, como Cerrado e Campinaranas.
	Identificação do grau de impacto, medidas mitigadoras, locais possíveis de visitação e as épocas do ano adequadas para o <i>birdwatching</i> .
	Análise sobre a dinâmica de expansão e/ou retração dos capões de mata no interior do enclave de Cerrado e sua relação com a manutenção de espécies associadas.
	Levantamento de quelônios e dos bancos de reprodução e ninhas deste grupo nos Rios Machado, Roosevelt e Branco.
Estudos sobre as comunidades de anfíbios anuros, lagartos e de serpentes no PNCA, especialmente no enclave de Cerrado, e confirmação de ocorrência de possíveis novas espécies.	
Avaliação do impacto da caça nas áreas de extração mineral e madeireira, terras indígenas e comunidades tradicionais limítrofes ao PNCA.	

Pesquisas	
	Dinâmica de uso e ocupação da terra (Santo Antônio do Matupi e Três Fronteiras).
Prioridade 3	Realizar inventários acumulativos da flora nativa da Unidade.
	Confirmação da ocorrência, ecologia e status populacional de doninha <i>Mustela</i> sp.
	Status populacional, aspectos ecológicos e distribuição de onça-pintada <i>Panthera onca</i> e onça-parda <i>Puma concolor</i> no PNCA e região e a predação de animais domésticos no entorno por essas espécies.
	Avaliação do potencial de turismo de aventura para a ZA da UC, como descida de corredeiras, rafting, snorkel e arvorismo.
	Diversidade, genética, ecologia e distribuição da ictiofauna no PNCA.
	Levantamento da comunidade de primatas no PNCA.
	Levantamento da comunidade de pequenos mamíferos no PNCA.
	Levantamentos complementares da avifauna.
	Status populacional, aspectos ecológicos e distribuição de lontras e ariranhas nos rios Roosevelt e Machado e o impacto de possíveis barramentos sobre essas espécies.
	Levantamento da herpetofauna do PNCA.
	Levantamento da comunidade de quirópteros do PNCA.
	Importância ecológica dos barreiros naturais de áreas úmidas do PNCA na manutenção das comunidades de ungulados e a interferência causada pela adição antrópica de sal.
	Levantamento de quelônios nos rios Roosevelt e Machado (levando em consideração o baixo número de registros durante o diagnóstico ambiental do PNCA, fato natural ou efeito de ação antrópica).
	Variabilidade genética das populações das espécies da avifauna de especial interesse para a conservação.
	Confirmação da ocorrência, ecologia e status populacional de cachorro-do-mato-de-orelhas-curtas <i>Atelocynus microtis</i> .
	Confirmação de ocorrência, status populacional, aspectos ecológicos e distribuição do cachorro-do-mato-vinagre <i>Speothos venaticus</i> .
Avaliação genética da população de <i>Cebus apella</i> com variação morfológica do pavilhão auditivo e confirmação de possível nova subespécie.	
Status populacional, aspectos ecológicos e distribuição do <i>Mico manicorensis</i> .	
Confirmação da identificação de duas novas espécies de palmeiras (<i>Syagrus</i> sp. e <i>Mauritiella</i> sp.) no PNCA.	
Monitoramento	
Prioridade 1	Monitoramento das atividades de pesca ao longo dos rios Roosevelt e Machado.
	Monitoramento do avanço de atividades agrícolas e pecuárias na zona de amortecimento.
Prioridade 2	Monitoramento de atividades de ecoturismo (excesso de visitação, afugentamento de fauna).
	Monitoramento da rede hidrográfica do Parque, quanto à qualidade da água (especialmente contaminação dos recursos hídricos pelos garimpos) e seus efeitos sobre a fauna de vertebrados aquáticos.
	Monitoramento das atividades humanas locais (caça, pesca e coleta de ovos de quelônios).

Pesquisas	
	Monitorar as populações de crocodilianos e quelônios com o objetivo de avaliar os impactos de hidrelétricas nas bacias dos rios Machado e Roosevelt e na dinâmica hidrobiológica dos mesmos.
	Monitoramento de conflitos entre animais silvestres e domésticos no entorno da Unidade.
	Monitoramento de espécies indicadoras.
	Monitoramento dos efeitos do garimpo sobre a cobertura vegetal e recursos hídricos.
Prioridade 3	Acompanhamento das áreas abertas nos limites de abrangência do PNCA, no que tange o monitoramento das espécies sinantrópicas (ex. <i>Ameiva ameiva</i> , <i>Crotophaga ani</i>).
	Monitoramento da distribuição de espécies exóticas invasoras vegetais e animais no PNCA e sua zona de amortecimento.
	Monitoramento de espécies de alto potencial cinagético.
	Monitoramento do possível uso de recursos pelos moradores de Bela Vista do Rio Guaribas, o quanto isso representa para a economia deles e o que isso representa para a conservação da biodiversidade da UC.

O Programa de Pesquisa também deve incentivar o uso da logomarca do Parque nos relatórios e na divulgação dos resultados pelos pesquisadores, incluindo como condicionante na autorização via SISBIO, como forma de ampliar a divulgação da UC.

Também serão consideradas pesquisas voltadas para o manejo, e poderão ser apoiadas pela UC, aquelas que abrangerem os seguintes aspectos:

- ✓ Estudos que contribuam com a manutenção e/ou recuperação das populações dos principais alvos de conservação, identificados nos objetivos específicos da UC, além de outras espécies ameaçadas ou com especial interesse para a conservação;
- ✓ Estudos que avaliem o impacto das ameaças e/ou pressões sobre a biodiversidade da UC;
- ✓ Estudos sobre a recuperação de ecossistemas degradados da UC;
- ✓ Estudos que propiciem a avaliação do estado de conservação da fauna e da flora da UC;
- ✓ Estudos que subsidiem o manejo de espécies exóticas invasoras na UC;
- ✓ Estudos que subsidiem a consolidação, ampliação e /ou implantação de corredores ecológicos, com ênfase na consolidação do Corredor de Conservação da Amazônia Meridional;
- ✓ Estudos sobre a socioeconomia e patrimônio histórico-cultural da UC e entorno;
- ✓ Estudos sobre os usos, qualidade e balanço dos recursos hídricos regionais, e
- ✓ Estudos sobre os regimes e alterações climáticas e suas influências sobre a biodiversidade da UC.

4.2.1.3. Programa Temático de Uso Público

Objetivos do Programa

Ordenar, orientar e qualificar o uso do Parque pelo público e propiciar vivências práticas que possibilitem maior entendimento sobre a importância do PNCA e da conservação ambiental em geral, reduzindo as ameaças e pressões sobre a Unidade e seu entorno.

Buscar a participação da comunidade local nas atividades do programa, com ênfase na importância da conservação das áreas naturais abertas.

Objetivos Estratégicos a Serem Atendidos

- Propiciar visitação ordenada e qualificada no PNCA.
- Envolver a comunidade do entorno no alcance dos objetivos de conservação do PNCA.
- Elaborar o Plano de Uso Público.
- Divulgar o PNCA e o conhecimento gerado.

Este programa compreende os subprogramas: Recreação e Educação Ambiental. As metas a serem atingidas pelo programa, com os respectivos indicadores, constam na Tabela 4.6 e as ações estratégicas para o alcance de cada meta, com suas prioridades, constam nas Tabelas 4.7 e 4.8.

Salienta-se que o leito menor do rio Roosevelt, onde são realizadas atividades de pesca esportiva, não está inserido nos limites do Parque, mas integra sua Zona de Amortecimento, conforme o Decreto de Criação s/n de 21 de junho de 2006 e a Lei 12.678 de 25 de junho de 2012.

Tabela 4.6: Metas e Indicadores do Programa de Uso Público do Parque Nacional dos Campos Amazônicos.

Metas	Indicadores
1. Ordenar a visitação existente no Rio Roosevelt.	– Número de autorizações de uso concedidas. – Número de atividades desenvolvidas em consonância com os acordos estabelecidos.
2. Utilizar a visitação como meio de educação ambiental e valorização social da UC.	– Número de atividades de educação ambiental realizadas com visitantes.
3. Envolver as comunidades do entorno nas atividades de uso público da UC.	– Número de pessoas envolvidas diretamente nas atividades de uso público.
4. Elaborar um Plano de Uso Público em consonância com iniciativas regionais.	– Plano de Uso Público elaborado em implementação e envolvendo iniciativas regionais.

Tabela 4.7: Ações estratégicas para o alcance dos objetivos e metas do Programa de Uso Público do Parque Nacional dos Campos Amazônicos.

Prioridade	Ações Estratégicas
Meta 1: Ordenar a visitação existente no Rio Roosevelt	
1	Ordenar a visitação por meio de Autorização de Uso para as pousadas que operam no Rio Roosevelt, no entorno do Parque, sendo que o acordo deve conter os seguintes itens: <ul style="list-style-type: none"> – Criação de instrumentos para a troca de informações com usuários e pousadas

Prioridade	Ações Estratégicas
	(prestação de contas e relatório de atividades mensais). <ul style="list-style-type: none"> – Estabelecimento de normas para destinação adequada dos resíduos sólidos. – Cadastramento de todos os guias atuantes na UC e ZA. – Identificação das épocas e locais para realização da pesca esportiva. – Inclusão, na venda do pacote de turismo, de informação sobre a trilha recomendada para realização da pesca esportiva com mínimo impacto. – Adequação das atividades de pesca esportiva em consonância com as orientações do CEPTA/ICMBio. – Disponibilização do manual do CEPTA sobre pesque-e-solte para as pousadas. – Exibição de cartaz com as dicas para reduzir o estresse dos peixes. – Adequação das trilhas para minimizar seus impactos. – Capacitação de condutores com conteúdo mínimo desejável. – Utilização da identidade visual da UC pelas pessoas que trabalhem nas atividades de uso público. – Contratação de mão de obra local (estabelecer percentual de contratação). – Cadastramento das operadoras de <i>rafting</i> na Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura (ABETA), quando aplicável. – Compromisso de não utilizar atrativos para os animais, nem alterar áreas naturais (barreiro). – Estabelecimento de normas específicas para a utilização de locais no PNCA como pontos de apoio para alimentação. – A segurança do visitante fora das áreas da UC, ou que não sigam as recomendações aqui previstas serão de inteira responsabilidade do operador.
2	Monitorar o cumprimento do acordo estabelecido com as pousadas.
3	Capacitar os condutores de visitantes das Pousadas sobre a importância de UC e sobre o PNCA.
Meta 2: Utilizar a visitação como meio de educação ambiental e valorização social do Parque Nacional	
1	Incentivar atividades (cursos, palestras, treinamentos, exposições, distribuição de material informativo) para os usuários das pousadas sobre o PNCA, com atenção a segurança no uso dos barreiros e a aproximação das onças naquela região.
2	Implementar, no enclave de Cerrado, a trilha do Encontro dos Rios, seguindo orientações que minimizem seus impactos, e contemplando itens de interpretação ambiental, inclusive quanto às áreas degradadas existentes.
3	Identificar a melhor localização para a trilha Matupi, que contemple itens de interpretação ambiental e implanta-la seguindo orientações que minimizem seus impactos.
4	Promover visitas regulares às trilhas de interpretação ambiental (Encontro dos Rios e Matupi) com o público envolvido nas atividades educativas e de sensibilização do programa de integração com o entorno.
Meta 3: Envolver as comunidades do entorno nas atividades de uso público do Parque Nacional	
1	Identificar nas comunidades do entorno, interessados em desenvolver atividades vinculadas ao Programa de Uso Público do PNCA.
2	Buscar parcerias para assessorar a organização social e capacitar os moradores locais envolvidos nas atividades em temáticas relacionadas ao uso público.
3	Incentivar a contratação de mão de obra local especialmente capacitada nas atividades de

Prioridade	Ações Estratégicas
	uso público.
Meta 4: Elaborar um Plano de Uso Público em consonância com iniciativas regionais	
1	Identificar iniciativas de ecoturismo exitosas na região do PNCA.
2	Definir estratégias para a inserção do PNCA nas iniciativas regionais pertinentes.
3	Levantar potencialidades de uso público no interior da UC.
4	Consolidar o Plano de Uso Público do PNCA e região, conforme proposta constante no diagnóstico do Uso Público, e na tabela 4.8.

Tabela 4.8: Propostas de locais de visitação a serem avaliados no Plano de Uso Público do Parque Nacional dos Campos Amazônicos.

Atrativos da Região da Pousada Rio Roosevelt, no interior do Parque Nacional dos Campos Amazônicos			
Atrativo	Tipo	Região e Coordenada Geográfica	Atividade
Base Morcego	Cabana avançada da Pousada Roosevelt.	55min. de barco a partir da Pousada. S 08°20'04.7" W 60°58'52.0"	– Almoço. – Descanso para pescadores.
Barreiro da Cachoeira do Morcego	Atrativo natural para animais.	45min. de barco a partir da Pousada. S 08°24'12.9" W 60°59'33.4"	– Observação da fauna.
Base Machadinho	Cabana avançada da Pousada Roosevelt.	1:30h de barco a partir da Pousada. S 08°10'39.41" W 61°01'50.26"	– Pernoite para pescadores e observadores de aves.
Trilha do Ouro	Floresta - 1800m.	15min. de barco a partir da Pousada. S 08°28'26.7" W 60°58'43.5"	– Interpretação ambiental. – Observação de aves.
Trilha Ronca	Floresta; Igarapé do Ronca - 150m.	15min. de barco a partir da Pousada. S 08° 32'24.7" W 60°54'51.3"	– Interpretação ambiental. – Observação de aves.
Trilha Sta. Maria	Floresta.	13min. de barco a partir da Pousada. 08° 32'02.2" W 60°56'03.9"	– Interpretação ambiental. – Observação de aves.
Trilha Perneta	Floresta com declividade - 1.500m.	20min. de barco a partir da Pousada. S 08°27'01.3" W 60°56'07.1"	– Interpretação ambiental. – Observação de aves.
Atrativos da Região da Pousada Rio Roosevelt, na Zona de Amortecimento			
Atrativo	Tipo	Região e Coordenada Geográfica	Atividade
Trilha Pousada Rio Roosevelt	Floresta - 1.300m.	50m da pousada. S 08°29'35.6" W 60°57'40.9"	– Caminhada leve; interpretação auto-guiada. – Torre para observação da fauna.

Trilha Esperança	Floresta - 2.400m.	10min. de barco a partir da Pousada. S 08°28'58.9" W 60°58'49.6"	– Interpretação ambiental. – Observação de aves.
Barreiro Pequeno	Atrativo natural para observação de animais em torre de madeira suspensa de 4m.	6min. de barco a partir da Pousada. S 08°29'33.3" W 60°58'45.6"	– Observação da fauna.
Trilha Campos ou Panela	Transição Floresta / Campo / Cerradão; beleza cênica - 600m.	6min. de barco a partir da Pousada. S 08°40'52.8" W 61°05'26.8"	– Interpretação ambiental. – Observação de aves.
Trilha Pirarara	Floresta.	15min. de barco a partir da Pousada. S 08°35'27.5" W 60°58'35.7"	– Interpretação ambiental. – Observação de aves.
Trilha Socó	Floresta.	12min. de barco a partir da Pousada. S 08°30'19.2" W 60°57'24.1"	– Interpretação ambiental. – Observação de aves.
Cachoeira Inferninho	Cachoeira e várias corredeiras; beleza cênica.	36min. de barco a partir da Pousada. S 08°25'31.7" W 60°58'39.1"	– Contemplação; possibilidade de <i>rafting</i> .
Cachoeira do Infernã	Beleza cênica Peculiar; intransponível por embarcação.	10min. de caminhada a partir da Pousada. S 08°29'35.6" W 60°57'40.9"	– Contemplação; Interpretação auto-guiada; Potencial para <i>rafting</i> nível 4.
Cachoeira do Morcego	Corredeira em forma de delta; grande beleza.	40min. de barco a partir da Pousada. S 08°22'14.9" W 60°59'45.2"	– Contemplação. – Pesca.

Atrativos da Região do Rancho Roosevelt, no interior do Parque Nacional dos Campos Amazônicos

Atrativo	Tipo	Região e Coordenada Geográfica	Atividade
Lago dos Jacarés	Trilha de 1000m em área de floresta e lago.	1:40h de barco a partir da Pousada, mais caminhada de cerca de 20 minutos. S 08°02'09.69" W 61°03'52.62"	– Interpretação ambiental. – Observação de jacarés.
Picada J ou Trilha do Pé Molhado ¹	Ecótono floresta / campo - 3.000m.	15min. de barco a partir da Pousada. S 08°04'54.9" W 61°03'46.9"	– Interpretação ambiental. – Observação da fauna.

Atrativos da Região do Rancho Roosevelt, na Zona de Amortecimento

Atrativo	Tipo	Região e Coordenada Geográfica	Atividade
Corredeira Rio Roosevelt	Várias corredeiras; beleza cênica.	2hs de barco a partir do Rancho. S 07°47'53.4" W 60°54'24.8"	– Rafting; flutuação para observação de peixes.
Cachoeira Apui Grande	Maior cachoeira da região.	2:15h de barco a partir do Rancho. S 07°46'42.0" W 60°54'19.3"	– Contemplação e mergulho.

Atrativos do Rio Machado na Região da Vila de Tabajara, na Zona de Amortecimento

Atrativo	Tipo	Região e Coordenada Geográfica	Atividade
Cachoeira do 27 do Rio Machado	Grande praia e várias cachoeiras.	20min. de carro a partir do Refúgio. S 8°54'23.3" W 62°10'30.6"	– Contemplação; banho.
Rio Marmelos e trilha dos campos ^{1,2}	Beleza cênica do rio e da área de campo natural.	30min. de barco rio acima a partir do Refúgio. S 8°57'58.3" W 61°56'16.1"	– Contemplação; banho.

Atrativo no enclave de Cerrado, no interior do Parque Nacional dos Campos Amazônicos

Atrativo	Tipo	Região e Coordenada Geográfica	Atividade
Trilha do Encontro dos Rios	Áreas antropizadas e de Cerrado natural, beleza cênica do encontro do igarapé dos Macacos com o Branco.	Acesso pela estrada do Estanho, estrada antiga que segue até o encontro do igarapé dos Macacos com o Branco. S 8°27'41.3" W 61°43'14.5"	– Interpretação ambiental; banho.

Atrativos da Região do Matupi, no interior do Parque Nacional dos Campos Amazônicos

Atrativo	Tipo	Região e Coordenada Geográfica	Atividade
Trilha do Matupi	Ecótono Floresta / Campinarana.	Região do ramal dos Baianos, próximo da ZUE Base Matupi (local a definir).	– Interpretação Ambiental.

¹ as atividades nessa trilha deverão ser liberadas somente após estudo de capacidade de carga devido a fragilidade do ambiente.

² Atrativos que ainda não são explorados mas que despertaram interesse de exploração pelas Pousadas.

As demandas apresentadas pelas pousadas como ponto de apoio para alimentação e de outros atrativos deverão ser objeto de análise específica e, quando se tratar de ambientes frágeis, como as campinaranas, deverá ser realizado estudo técnico sobre a capacidade de suporte do ambiente e indicação de estruturas mínimas a serem instaladas para minimizar os impactos.

A realização de fogueira nos pontos de alimentação previamente estipulados, ao longo do rio Roosevelt, deverá observar condutas de mínimo impacto, com utilização de carvão industrializado, material para abrigar o fogo e evitar sua propagação. Todo o material utilizado deverá ser retirado da Unidade, inclusive restos do carvão utilizados na fogueira.

No trecho em que a Trilha do Encontro dos Rios atravessa a Zona de Recuperação, o trajeto poderá ser realizado em veículos. No trecho em que a trilha percorre a Zona de Uso Extensivo, o trajeto deverá ser realizado a pé pelos visitantes.

Durante a elaboração do Plano de Uso Público deverão ser identificados novos atrativos e avaliada a viabilidade de implementação de atividades de visitação no enclave de Cerrado, inclusive com estudos de capacidade de carga dos ambientes.

4.2.1.4. Programa Temático de Consolidação Territorial

Objetivo do Programa

Consolidar os novos limites da UC visando a conservação da biodiversidade da Unidade, estabelecer os limites através da sinalização e demarcação de pontos estratégicos, realizar a regularização fundiária da UC e contribuir para a regularização fundiária na ZA.

Objetivos Estratégicos a Serem Atendidos

- Consolidar o novo limite do Parque Nacional para garantir a conectividade na Amazônia Meridional e o alcance de seus objetivos.
- Avançar na regularização fundiária do Parque Nacional.
- Implementar o Programa de Regularização Fundiária.

As metas a serem atingidas pelo programa, com os respectivos indicadores, constam na Tabela 4.9 e as ações estratégicas para o alcance de cada meta, com suas prioridades, constam na Tabela 4.10.

Tabela 4.9: Metas e Indicadores do Programa de Consolidação Territorial.

Metas	Indicadores
1. Realocar os moradores da UC.	– Número posses ocupadas no interior da UC.
2. Demarcar e sinalizar a UC nas áreas estratégicas.	– Número de áreas estratégicas sinalizadas e/ou demarcadas.
3. Realizar a regularização fundiária das zonas de uso intensivo e extensivo da UC.	– Porcentagem de área regularizada.
4. Realizar a regularização fundiária das terras públicas da UC.	– Transferência de dominialidade das terras públicas da UC.

Tabela 4.10: Ações estratégicas para o alcance dos objetivos e metas do Programa de Consolidação Territorial.

Prioridade	Ações Estratégicas
Meta 1: Realocar os moradores da UC.	
1	Atuar junto com o Programa Terra Legal, conforme Plano de Trabalho conjunto, para a realocação dos moradores do interior da UC.
2	Estabelecer acordos de convivência com os moradores, até que seja possível a realocação e monitorar e fiscalizar seu cumprimento.
Meta 3: Demarcação e sinalização da UC nas áreas estratégicas.	
1	Sinalizar os pontos estratégicos, conforme Plano de Proteção.
2	Instalar placas informativas e interpretativas em pontos estratégicos da UC, em especial na estrada do Estanho e no rio Roosevelt.
3	Definir, em conjunto com a Coordenação de Regularização Fundiária, estratégia para demarcação dos limites da UC.
4	Demarcar os limites da UC, com prioridade para as áreas de maior conflito.

Meta 4: Regularização fundiária das zonas de uso intensivo e extensivo da UC.

- | | |
|---|---|
| 1 | Realizar levantamento fundiário e identificar a dominialidade das áreas ocupadas e utilizadas para uso público ao longo do rio Roosevelt. |
| 2 | Abrir processo de regularização fundiária com posterior avaliação das benfeitorias. |

Meta 5: Regularização fundiária das terras públicas da UC.

- | | |
|---|---|
| 1 | Articular com a CGFUN para transferência da dominialidade das terras para o ICMBio. |
|---|---|

Com a revisão dos limites do PNCA, o principal objetivo deste Programa de gestão passou a ser a consolidação dos novos limites da Unidade, especialmente a indenização das posses e realocação dos ocupantes da estrada do Estanho para o ramal do Pito Aceso, conforme prevê o Art. 7º da Lei 12.678/2012:

“Art. 7o As áreas excluídas na região norte do Parque Nacional dos Campos Amazônicos se destinam à regularização fundiária dos ocupantes de áreas públicas da região do ramal do Pito Aceso e poderão ser utilizadas para sanar necessidades de realocação de ocupantes de áreas públicas abrangidas pelos novos limites da unidade de conservação.

§ 1o Fica a União autorizada a alienar diretamente, por meio de dispensa de licitação, as áreas públicas federais antropizadas, desafetadas e não ocupadas, que não excedam a 1.500 ha, aos ocupantes de áreas abrangidas pelos novos limites do Parque Nacional dos Campos Amazônicos definidos no art. 5o.

§ 2o Só terão direito à realocação de que trata o caput os ocupantes que atendam, na área a ser desocupada, aos requisitos previstos no art. 5º da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009.

§ 3o Na hipótese de não haver área suficiente no ramal do Pito Aceso para a realocação de que trata o caput, a União poderá identificar outras áreas para essa finalidade.

§ 4o A realocação de que trata o caput deverá ser realizada pela União.

§ 5o O valor a ser pago pelos ocupantes do Parque Nacional dos Campos Amazônicos para a aquisição das áreas de que trata este artigo será compensado com o valor da indenização a que fariam jus em decorrência da desocupação da área situada na unidade de conservação nas hipóteses legalmente admitidas.

§ 6o As áreas de reserva legal das propriedades rurais deverão estar alocadas em bloco e contíguas aos limites do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, salvo impossibilidade devidamente justificada pelo órgão ambiental competente.

§ 7o As áreas públicas federais desafetadas em decorrência do disposto no art. 5o e que ainda forem dotadas de cobertura florestal somente poderão ser destinadas para Projetos de Manejo Florestal Sustentável.”

O órgão responsável pela regularização fundiária do ramal do Pito Aceso e pela regularização dos posseiros da estrada do Estanho neste ramal é o Ministério do Desenvolvimento Agrário por meio do Programa Terra Legal, que possui atribuições para este fim, conforme a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009.

Entretanto, a ação de regularização destas duas áreas (Pito Aceso e estrada do Estanho) deve ser realizada em conjunto entre o Programa Terra Legal e o ICMBio, conforme acordado com os ocupantes, e visando garantir o atendimento das necessidades do PNCA quanto à realocação dos posseiros do interior da UC.

As ações para regularização destas áreas foram acordadas com o Programa Terra Legal, e prevêem, além do cadastramento e abertura dos processos de regularização no Terra Legal, e de indenização e realocação no ICMBio, já realizados em 2013, a realização de vistoria conjunta nas duas áreas para verificação e confirmação das posses, e valoração das benfeitorias a serem indenizadas no interior do PNCA, prevista para o primeiro semestre de 2014.

Com base nos resultados da vistoria e na documentação apresentada pelos interessados, será definido quem atende aos requisitos do Art. 5º da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, e, portanto, possui direito a regularização fundiária. Os ocupantes da estrada do Estanho que comprovarem possuir direito a regularização, com base em suas benfeitorias no lote ocupado na estrada, terão direito a receber uma nova área no ramal do Pito Aceso. Ocupantes de outras áreas ampliadas do PNCA também possuem direito à realocação, caso atendam aos requisitos do Art. 5º da Lei 11.952/2009.

Os processos de indenização e realocação (ICMBio) e de regularização fundiária (Programa Terra Legal), deverão tramitar simultaneamente, para que quando da realocação, já esteja definido o valor devido pelo ICMBio aos posseiros a título de indenização de suas benfeitorias, que será compensado no valor que os ocupantes deverão pagar para aquisição da nova área no ramal do Pito Aceso.

Quando da definição da localização dos lotes na área não ocupada no ramal do Pito Aceso, deverá ser observada a necessidade de alocação da Reserva Legal em bloco e de forma contígua aos limites do PNCA, conforme estabelecido na Lei 12.678/2012.

O Levantamento Ocupacional realizado em conjunto pelo ICMBio e INCRA em 2010 foi utilizado como base para definição da lista de interessados a terem sua situação avaliada, e deverá ser considerado, assim como os dados de levantamentos anteriores da UC, na análise e definição dos beneficiários da regularização fundiária.

4.2.1.5. Programa Temático de Integração com o Entorno

Objetivo do Programa

Este programa busca reduzir os impactos ambientais ocorridos na zona de amortecimento, diminuir a pressão sobre os recursos naturais da UC e envolver a comunidade do entorno na gestão da UC, por meio do Conselho Consultivo.

Objetivos Estratégicos a Serem Atendidos

- Envolver a comunidade do entorno no alcance dos objetivos de conservação do PNCA.
- Estabelecer parceria para ações Integradas com TI limítrofes.
- Implementar o Programa de integração com o Entorno, incluindo a consolidação do Conselho Consultivo.

- Divulgar o PNCA e o conhecimento gerado.
- Propiciar visitação ordenada e qualificada na UC.

Este programa compreende os subprogramas: Conselho Consultivo, Relações Interinstitucionais, Educação Ambiental e Alternativas de Desenvolvimento. As metas a serem atingidas pelo programa, com os respectivos indicadores, constam na Tabela 4.11 e as ações estratégicas para o alcance de cada meta, com suas prioridades, constam na Tabela 4.12.

Tabela 4.11: Metas e Indicadores do Programa de Integração com o Entorno.

Metas	Indicadores
1. Manter o Conselho Consultivo do Parque atuante na gestão da UC.	<ul style="list-style-type: none"> – Percentual das atividades previstas no Plano de Ação do Conselho executadas. – Percentual de conselheiros presentes nas reuniões do Conselho.
2. Buscar maior valorização social da UC e seus ambientes pela comunidade do entorno.	<ul style="list-style-type: none"> – Número de ações informativas e/ou educativas realizadas com a comunidade do entorno. – Mudança da percepção das comunidades do entorno sobre a UC (comparando com as das OPP). – Demanda da comunidade do entorno pela participação da UC em seus eventos e atividades (Número de convites para participar de atividades das comunidades do entorno).
3. Formalizar parcerias com entidades do governo e sociedade civil para atender aos programas de manejo da UC.	<ul style="list-style-type: none"> – Número de parcerias formalizadas.
4. Viabilizar parcerias para apoiar alternativas econômicas legais com boas práticas de manejo de recursos naturais no entorno da UC.	<ul style="list-style-type: none"> – Número de parcerias ativas que trabalham alternativas econômicas legais.
5. Trabalhar de forma integrada com o Mosaico da Amazônia Meridional para o desenvolvimento regional.	<ul style="list-style-type: none"> – Número de ações desenvolvidas no âmbito do Mosaico da Amazônia Meridional para o desenvolvimento regional.

Tabela 4.12: Ações estratégicas para o alcance dos objetivos e metas do Programa de Integração com o Entorno.

Prioridade	Ações Estratégicas
Meta 1: Manter o Conselho Consultivo do Parque atuante na gestão da UC	
1	– Definir, junto com o CONCAMPOS, estratégia de capacitação constante dos Conselheiros.
2	Realizar a capacitação constante dos conselheiros do Parque.
3	Elaborar, anualmente, Plano de Ação do CONCAMPOS.
4	Implementar o Plano de Ação do CONCAMPOS.

Prioridade	Ações Estratégicas
Meta 2: Buscar maior valorização social da UC e seus ambientes pela comunidade do entorno.	
	Sensibilizar comunidades do entorno, utilizando métodos, linguagem e abordagem adequados aos diferentes públicos, quanto:
1	<ul style="list-style-type: none"> – a importância ambiental, social e econômica das unidades de conservação, do Parque e das áreas abertas naturais em particular. – o manejo do fogo. – as práticas apropriadas de uso e manejo dos recursos naturais.
2	Participar de atividades estratégicas para inserção da UC no contexto regional.
3	Produzir e disponibilizar material didático para trabalhar a importância da conservação da natureza na rede formal de ensino da região do PNCA.
4	Produzir material informativo, em parceria com instituições e comunidade local, adaptados à realidade dos diferentes públicos envolvidos para subsidiar as atividades educativas (Cartilha Interinstitucional, em conjunto com o Conselho da UC).
	Desenvolver, com as secretarias municipais de educação, um programa de capacitação de professores no entorno, incluindo temas sobre:
5	<ul style="list-style-type: none"> – a importância ambiental, social e econômica das unidades de conservação, do Parque e das áreas abertas naturais em particular. – manejo do fogo. – as boas práticas de manejo dos recursos naturais.
6	Capacitar professores para atuarem como multiplicadores da educação ambiental no entorno da UC
Meta 3: Formalizar parcerias com entidades do governo e sociedade civil para atender os programas de manejo da UC.	
1	Articular e formalizar parcerias estratégicas para a gestão da UC.
Meta 4: Viabilizar parcerias para apoiar alternativas econômicas legais com boas práticas de manejo de recursos naturais.	
1	Buscar informações e parceiros que atuam em temáticas de interesse das comunidades do entorno e estimulam práticas sustentáveis, tais como manejo agrosilvopastoril, sistemas agroflorestais, manejo florestal, turismo comunitário, entre outras.
2	Buscar a inserção das comunidades do entorno nos programas e agendas das instituições identificadas.
3	Acompanhar programas considerados relevantes para o desenvolvimento de alternativas sustentáveis das comunidades contempladas.
Meta 5: Trabalhar de forma integrada com o Mosaico da Amazônia Meridional para o desenvolvimento regional.	
1	Identificar temáticas com potencial de integração do PNCA com outras UC do Mosaico.
2	Planejar em conjunto os temas identificados como prioritários para a gestão do Mosaico.
3	Implementar e monitorar o planejamento integrado.
4	Agregar lições aprendidas ao próximo ciclo de planejamento.

4.2.1.6. Programa Temático de Operacionalização

Objetivo do Programa

Este programa (programa meio) destina-se a assegurar o funcionamento do PNCA, para garantir o desenvolvimento dos demais programas (programas fins) e a adequada gestão da UC.

Objetivos Estratégicos a Serem Atendidos

- Divulgar o PNCA e o conhecimento gerado.
- Aprimorar a qualidade de gestão sistematizando e internalizando procedimentos.
- Realizar capacitação Interna.
- Criar condições para atrair servidores e colaboradores.
- Elaborar o Plano de Segurança e Contingência.
- Sistematizar informações geradas por meio de banco de dados.
- Melhorar eficiência da utilização de recursos.
- Buscar fontes alternativas de financiamento.
- Implantar infraestrutura básica.
- Implantar sistema de comunicação eficiente.

Este programa compreende os subprogramas: Administração e Finanças; Infraestrutura, Equipamentos e Manutenção; Comunicação e Divulgação; Sistema Integrado de Informação e Licenciamento Ambiental. A principal meta geral do Programa é viabilizar a gestão da Unidade, garantindo o desenvolvimento de todos os demais programas (programas fins). As metas específicas a serem atingidas pelo programa, com os respectivos indicadores, constam na Tabela 4.13 e as ações estratégicas para o alcance de cada meta, com suas prioridades, constam na Tabela 4.14.

Tabela 4.13: Metas e Indicadores do Programa de Operacionalização.

Metas	Indicadores
1. Assegurar o funcionamento da UC para garantir o desenvolvimento dos demais programas de gestão.	– Percentual de infraestrutura básica Implementada.
	– Percentual de infraestrutura e equipamentos em funcionamento.
	– Número de capacitações priorizadas realizadas pela equipe.
	– Plano de segurança e contingência sendo utilizado.
	– Manual de procedimentos elaborado e em utilização.
2. Atender as demandas de licenciamento e autorizações diretas no entorno e zona de amortecimento da UC seguindo as normas vigentes.	– Quantidade de recurso orçamentário do órgão gestor demandado e utilizado pela UC.
	– Número de análises realizadas dentro do prazo regulamentado.

Metas	Indicadores
3. Divulgar a importância de conservação da UC.	<ul style="list-style-type: none"> – Plano de Divulgação e Comunicação da UC elaborado. – Percentual de atividades do Plano de Divulgação e Comunicação em implementação.

Tabela 4.14: Ações estratégicas para o alcance dos objetivos e metas do Programa de Operacionalização.

Prioridade	Ações Estratégicas
Meta 1: Assegurar o funcionamento da UC para garantir o desenvolvimento dos demais programas de gestão.	
1	Mapear as atividades essenciais e estabelecer protocolos específicos para estas, com objetivo de compor o Manual de Procedimentos Essenciais da UC, dando ênfase na manutenção das instalações e equipamentos.
1	Manter o Sistema Integrado de Informações contendo o banco de dados com informação atualizada de todos os programas e Sistema de Informações Geográficas.
3	Viabilizar a aquisição dos materiais e equipamentos necessários para dar suporte aos programas de manejo da UC.
4	Planejar e construir infraestrutura direcionada às ações de manejo da UC, tais como as bases e postos de apoio (aproveitando estruturas já existentes).
5	Articular a ampliação da equipe da UC, incluindo pessoal de apoio (estagiários, voluntários e terceirizados) para atender as demandas existentes, de acordo com o organograma da Figura 4.4.
5	Contribuir com a elaboração do Plano Anual de Capacitação do ICMBio e participar das capacitações, considerando as necessidades de desenvolvimento da equipe do Parque.
6	Elaborar plano de segurança e contingência da UC.
Contínuo	Realizar reuniões periódicas de auto-avaliação para discutir a eficácia das ações de gestão, realizar as correções de rumo necessárias e avaliar o desempenho e satisfação dos servidores.
Contínuo	Otimizar a utilização dos recursos financeiros existentes e demandar mais recursos visando a realização das ações estratégicas da UC.
Contínuo	Buscar a utilização de fontes alternativas de recursos como conversão de multa e compensação ambiental.
Meta 2: Atender as demandas de licenciamento e autorizações diretas no entorno e Zona de Amortecimento da UC seguindo as normas vigentes.	
Contínuo	Analisar processos de licenciamento de empreendimentos e autorizações diretas no entorno e zona de amortecimento da UC.
Contínuo	Acompanhar programas e projetos governamentais previstos que possam impactar direta ou indiretamente a UC.
Meta 3: Divulgar a importância de conservação da UC.	
1	Elaborar o Plano de Divulgação e Comunicação da UC, incluindo a criação da sua identidade visual.
2	Proporcionar e participar de atividades de divulgação da UC junto às populações do entorno visando a conservação da região e compreensão das finalidades da UC.

Prioridade	Ações Estratégicas
3	Criar mecanismo de comunicação com usuários da UC e comunidades do entorno.

Figura 4.4: Organograma representando a estrutura organizacional do Parque Nacional dos Campos Amazônicos.



4.2.2. Zoneamento do Parque Nacional dos Campos Amazônicos

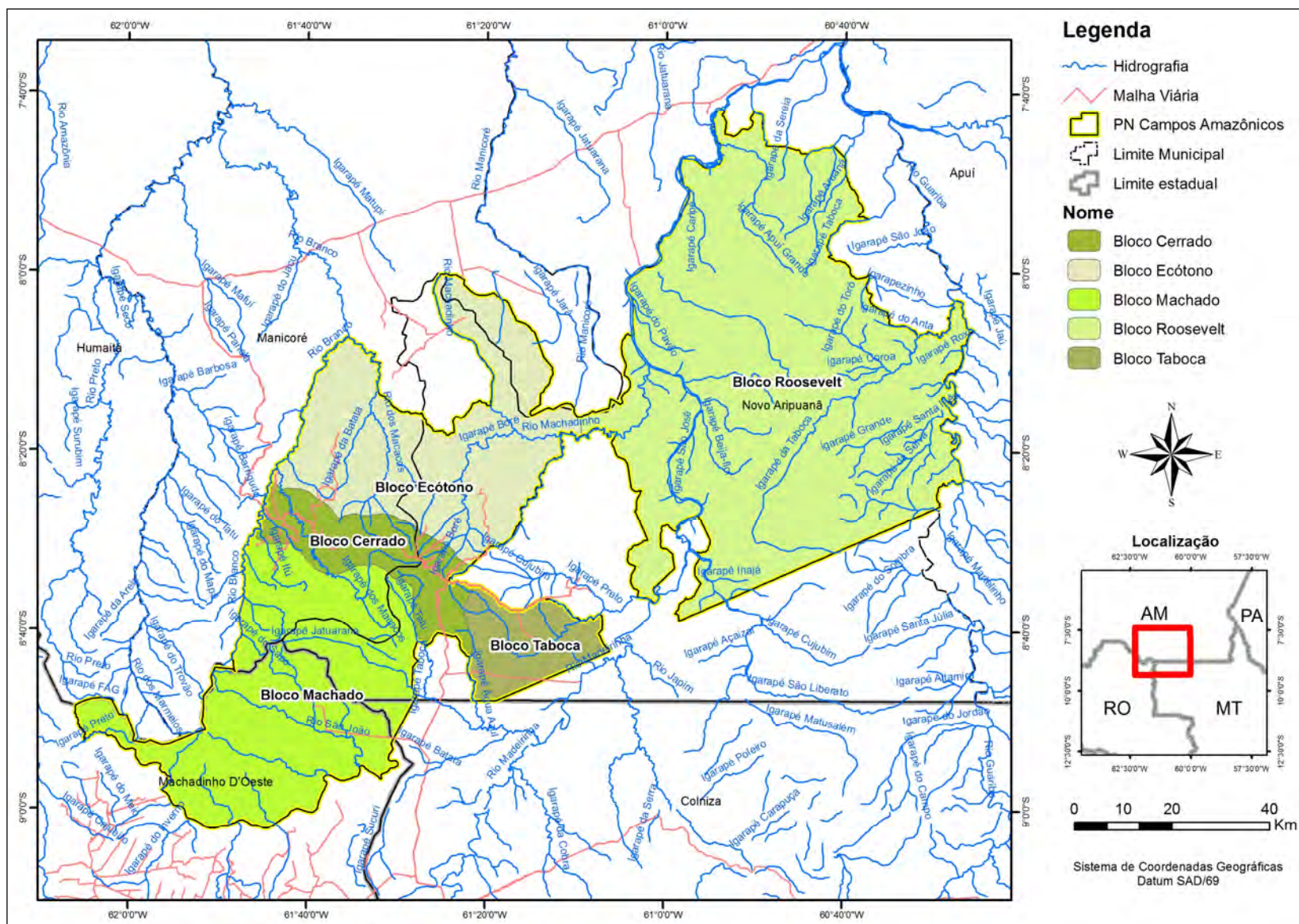
4.2.2.1. Critérios do Zoneamento

Para definição do zoneamento do Parque Nacional dos Campos Amazônicos foi inicialmente considerada a proposta elaborada durante a reunião dos pesquisadores, a qual considerou os objetivos da categoria de manejo, de acordo com o disposto na Lei do SNUC, as orientações do Roteiro Metodológico de Planejamento (Galante *et alii*, 2002) e as áreas consideradas de maior relevância para os grupos temáticos estudados durante o diagnóstico da área, bem como aquelas que necessitam maior intervenção para sua recuperação. Devido ao desenho fragmentado dos limites antigos da Unidade, o zoneamento foi feito por blocos: Bloco Machado; Bloco Taboca; Bloco Ecótono; Bloco Roosevelt .

Esta proposta preliminar, juntamente com os resultados dos “mapas falados” dos usos da terra construídos nas Oficinas de Planejamento Participativo e as diretrizes de ação, anteriormente descritas, serviram de base para a elaboração do zoneamento da Unidade, em reunião de estruturação do planejamento.

Com a alteração dos limites do Parque, o zoneamento foi revisado durante a reunião de monitoria e revisão do Plano de Manejo, quando as áreas ampliadas foram zoneadas, e o zoneamento do limite antigo foi ajustado ao das novas áreas, sem sofrer grandes alterações. Para facilitar a definição das zonas na ampliação ao longo da estrada do Estanho, esta área também foi definida como um bloco: Bloco Cerrado, complementando os blocos utilizados durante o primeiro zoneamento (conforme Figura 4.5)

Figura 4.5: Localização dos blocos do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, utilizados como base para o zoneamento da área.



Os critérios utilizados para a definição de cada zona e a sua delimitação foram os seguintes:

- a diversidade dos tipos de vegetação e seu grau de conservação;
- a representatividade, riqueza e diversidade de espécies;
- a fragilidade e funcionalidade dos ambientes;
- o potencial para visitação e educação ambiental;
- o zoneamento de UC limítrofes ao PNCA;
- os usos atuais;
- as áreas críticas que necessitam de recuperação;
- a presença de população humana;
- as pressões externas.

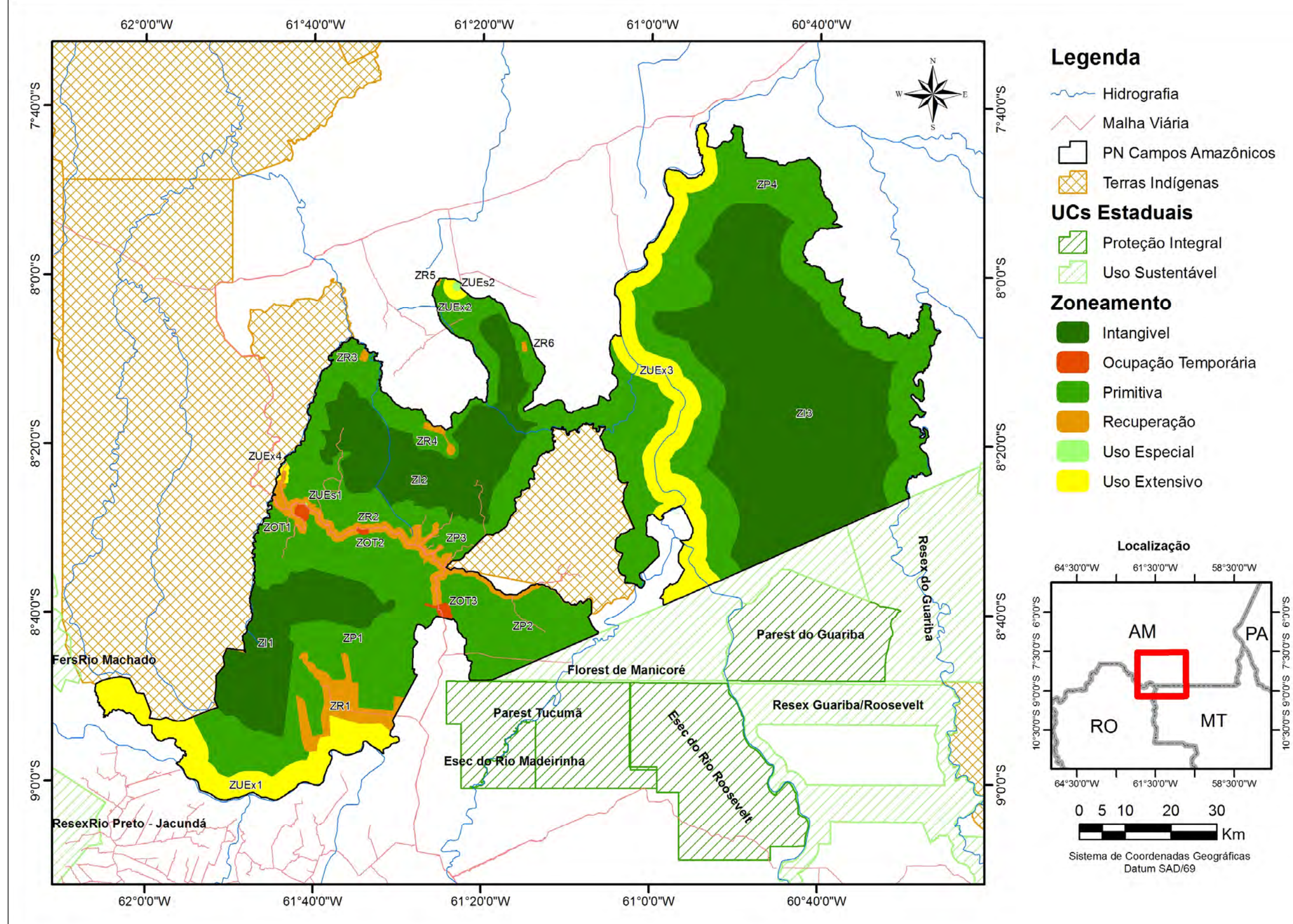
O conjunto dessas características singulares determinou o estabelecimento da Zona Intangível em 3 áreas do PNCA, circundadas por uma extensa Zona Primitiva dividida em 4 áreas; 4 áreas como Zona de Uso Extensivo; 2 pequenas áreas de Uso Especial; 6 áreas como Zona de Recuperação e 3 áreas como Zona de Ocupação Temporária. A área e a proporção de cada zona no contexto geral do PNCA podem ser visualizadas na Tabela 4.15 e na Figura 4.6. A nomenclatura das zonas foi elaborada de acordo com o tipo de zona e o bloco da Unidade em que estão inseridas, quando ocorrem duas zonas de mesmo tipo (ex. recuperação) em um mesmo bloco (ex. Bloco Ecótono) estas possuem, além da numeração diferenciada como as demais, um nome que facilite sua localização dentro do bloco (ex. ZR3 – Bloco Ecótono / Rio Macacos). Com a criação do Bloco Cerrado na região de ampliação na estrada do Estanho, algumas Zonas (ex. ZP1) ficaram inseridas em mais de um bloco (ex. Blocos Machado e Cerrado) conforme pode ser observado na nomenclatura usada na Tabela 4.15.

Tabela 4.15: Área ocupada por cada zona e seu percentual em relação à área total do Parque Nacional dos Campos Amazônicos.

Zonas	Área (ha)	%
Zona Intangível (ZI)	369.005,95	
ZI1 - Bloco Machado	59.085,23	
ZI2 - Blocos Ecótono e Cerrado	84.092,08	38,39
ZI3 - Bloco Roosevelt	225.828,64	
Zona Primitiva (ZP)	448.770,64	
ZP1 - Blocos Machado e Cerrado	115.556,33	
ZP2 - Blocos Taboca e Cerrado	46.541,04	46,68
ZP3 - Blocos Ecótono, Cerrado e Roosevelt	144.711,21	
ZP4 - Bloco Roosevelt	141.962,06	
Zona de Uso Extensivo (ZUEx)	104.668,57	
ZUEx1 - Bloco Machado	41.705,06	
ZUEx2 - Bloco Ecótono	1.332,58	10,89
ZUEx3 - Bloco Roosevelt	60.985,32	

Zonas	Área (ha)	%
ZUEx4 - Blocos Cerrado e Ecótono	645,61	
Zona de Uso Especial (ZUEs)	345,57	
ZUEs1 – Bloco Cerrado	28,28	
ZUEs2 - Bloco Ecótono	317,29	0,03
Zona de Recuperação (ZR)	36.089,29	
ZR1 - Bloco Machado	15.952,80	
ZR2 - Blocos Taboca e Cerrado	18.221,60	
ZR3 - Bloco Ecótono / Rio Macacos	411,44	3,75
ZR4 - Bloco Ecótono / Serras	1.150,79	
ZR5 - Bloco Ecótono / Vicinal Gorpim	116,78	
ZR6 – Bloco Ecótono / Campinarana	235,88	
Zona de Ocupação Temporária (ZOT)	2.404,81	
ZOT1 - Bloco Cerrado / Crívelaro	964,06	
ZOT2 - Bloco Cerrado / Leovaldo	335,85	0,25
ZOT3 – Bloco Cerrado / Limite Sul Estanho	1.104,90	

Figura 4.6: Zoneamento do Parque Nacional dos Campos Amazônicos.



4.2.2.2. Zonas de Manejo

4.2.2.2.1. Zona Intangível

Definição

É aquela onde a primitividade da natureza permanece o mais preservada possível, não se tolerando quaisquer alterações humanas, representando o mais alto grau de preservação. Funciona como matriz de repovoamento de outras zonas onde já são permitidas atividades humanas regulamentadas. Esta zona é dedicada à proteção integral de ecossistemas, dos recursos genéticos e ao monitoramento ambiental (Galante *et alii*, 2002).

Objetivo Geral

O objetivo básico do manejo é a preservação, garantindo os processos de evolução natural com proteção e fiscalização e possibilitar atividades de pesquisa científica que não alterem as características naturais.

Descrição e Objetivos Específicos

Considerando a necessidade de proteger as áreas mais conservadas e vulneráveis das formações abertas, florestais e seus ecótonos, bem como as espécies a estas associadas e proteger porções de relevos relictuais e a localização de nascentes, foram identificadas três áreas a serem mantidas como intangíveis: a Zona Intangível Bloco Machado (ZI 1); a Zona Intangível Blocos Ecótono e Cerrado (ZI 2); a Zona Intangível Bloco Roosevelt (ZI 3). Estas áreas somam **369.005,95ha**, representando 38,39% da área da Unidade.

Zona Intangível Bloco Machado (ZI 1)

Área com 59.085,23ha, localizada na região sul da UC, abrangendo parte da área mais preservada do enclave de cerrado entre o rio Machado e a estrada do Estanho e porção do ecótono Cerrado-Floresta Ombrófila Aberta e as espécies animais e vegetais típicas de áreas abertas e restritas a esse ambiente da UC; protege também as formações de relevo relictual existentes nessa área e nascentes de igarapés afluentes do Rio Machado, com grande diversidade ictia.

Zona Intangível Blocos Ecótono e Cerrado (ZI 2)

Área com 84.092,08ha, situada na região central da UC, abrangendo uma porção muito frágil do enclave de cerrado, com predominância das formações Campo e Parque de Cerrado, com solo arenoso e muito suscetível a erosão, bem como espécies associadas a essa formação, como o veado-campeiro *Ozotocerus bezoarticus*; abrange também parte da maior formação de Campinarana no interior do PNCA e espécies associadas, com destaque para *Bonnetia* sp. arbusto dominante nessa formação, além de proteger a transição Cerrado-Floresta Ombrófila Aberta e parte das serranias do Manicoré e da bacia do rio Machadinho.

Zona Intangível Bloco Roosevelt (ZI 3)

Com área de 225.828,63ha, localizada na porção leste da UC, no interflúvio dos Rios Roosevelt e Guariba, abrange grande parte do maciço florestal formado por Floresta Ombrófila Densa, Aberta, e suas fácies protegidas pelo Parque, e nascentes de afluentes dos rios Roosevelt e Guariba.

Normas

- » Não será permitida a visitação a qualquer título.
- » As atividades humanas serão limitadas à pesquisa, ao monitoramento e à proteção, exercidas somente em casos especiais.
- » A pesquisa ocorrerá exclusivamente com fins científicos, desde que não possa ser realizada em outras zonas.
- » Não serão permitidos deslocamentos em veículos motorizados, exceto em situações de emergência, para garantir a proteção da área.
- » As atividades permitidas não poderão comprometer a integridade dos recursos naturais.
- » Não serão permitidas quaisquer instalações de infraestrutura.

4.2.2.2.2. Zona Primitiva

Definição

É uma área natural com pequena ou mínima intervenção humana, contendo espécies da flora e da fauna ou fenômenos de grande valor científico. Deve possuir características de transição entre a Zona Intangível e a Zona de Uso Extensivo (Galante *et alii*, 2002).

Objetivo Geral

Preservar o ambiente natural e ao mesmo tempo facilitar as atividades de pesquisa científica em ambientes bem preservados.

Descrição e Objetivos Específicos

A Zona Primitiva (ZP) compreende uma área total de 448.770,64ha que correspondem a 46,68% da área total do PNCA e compreende quatro áreas:

Zona Primitiva **Blocos Machado e Cerrado (ZP1)**: área com 115.556,33ha, localizada na porção sul da UC, protege grande parte da Floresta Ombrófila Aberta e sua transição com o enclave de cerrado, além de parte desta formação. Também protege a ZI1.

Zona Primitiva **Blocos Taboca e Cerrado (ZP2)**: área com 46.541,04ha, localizada na região da UC situada ao sul da TI Igarapé-Preto, abrangendo Cerrado, com predominância do Cerrado Florestado e a transição para Floresta Ombrófila Aberta.

Zona Primitiva **Blocos Ecótono, Cerrado e Roosevelt (ZP3)**: área com 144.711,21ha, localizada na região central da UC, abrange parte do enclave de Cerrado, grande porção do ecótono Cerrado-Floresta Ombrófila Aberta-Campinarana, e parte da maior formação de Campinarana do PNCA, além de parte das Serranias do Manicoré e da bacia do Rio Machadinho. Também protege a ZI2.

Zona Primitiva **Bloco Roosevelt (ZP4)**: área com 141.962,06ha, situada na porção leste da UC, abrange parte da Floresta Ombrófila Densa e afluentes dos Rios Roosevelt e Guariba. Protege também a ZI3.

Normas

As atividades permitidas serão:

- » Pesquisa científica.
- » O monitoramento ambiental e a proteção.

- » As atividades permitidas não poderão comprometer a integridade dos recursos naturais.
- » Não serão permitidas quaisquer instalações de infraestrutura.
- » O tráfego de veículos motorizados só será permitido para proteção e pesquisa, e somente nas estradas pré-existentes, exceto para fins de proteção.
- » O acesso com veículos motorizados à estrada dos Veados, localizada na ZP 3, somente será permitido para pesquisa e proteção com autorização prévia.
- » A fiscalização será constante.

4.2.2.2.3. Zona de Uso Extensivo

Definição

É aquela constituída em sua maior parte por áreas naturais, podendo apresentar algumas alterações humanas. Caracteriza-se como uma transição entre a Zona Primitiva e a Zona de Uso Intensivo. O objetivo do manejo é a manutenção de um ambiente natural com mínimo impacto humano, apesar de oferecer acesso aos públicos com facilidade, para fins educativos e recreativos (Galante *et alii*, 2002).

Objetivo Geral

Propiciar espaços para o desenvolvimento de atividades de sensibilização, informação, uso público e educação ambiental, controladas e sem comprometer os atributos naturais.

Descrição e Objetivos Específicos

A Zona de Uso Extensivo (ZUEX), com um total de 104.668,57ha, que correspondem a 10,89% da área total do PNCA, compreende 4 diferentes áreas ao longo dos Rios Machado e Roosevelt, na região do ramal dos Baianos e no encontro do rio Branco com o igarapé dos Macacos na região de Cerrado, com o objetivo de possibilitar visitação controlada e de baixo impacto, educação ambiental, pesquisa e o monitoramento ambiental, além da proteção:

Zona de Uso Extensivo Bloco Machado (ZUEX 1):  rea com 41.705,06ha, localizada ao longo do Rio Machado, formando uma faixa contínua com aproximadamente 5km de largura, abrangendo Floresta Ombrófila Densa Aluvial (matas de igapó) e parte do enclave de Cerrado, mais ao sul da UC. Visa possibilitar recrea o e educa o ambiental no igarapé Marmelos e em trilha a ser implantada no Cerrado. A visita o deve ocorrer de forma pontual devido a importância biológica da área e a grande ocorrência de nascentes e pequenos igarapés.

Zona de Uso Extensivo Bloco Ecótono (ZUEX 2):  rea com 1.332,58ha, localizada próximo ao limite da Unidade, junto   Zona de Uso Especial, na região do ramal dos Baianos; abrange parcela de Floresta Ombrófila Aberta e de Campinaranas e visa possibilitar a visita o com fins educativos em trilha interpretativa a ser aberta (Trilha Matupi), em área próxima a Comunidade de Santo Antônio do Matupi.

Zona de Uso Extensivo Bloco Roosevelt (ZUEX 3):  rea com 60.985,32ha, localizada ao longo do rio Roosevelt, abrangendo parte da Floresta Ombrófila Densa, Densa Aluvial e áreas de transi o para o Cerrado. Visa possibilitar recrea o e educa o ambiental nas margens do rio Roosevelt, com áreas para observa o da fauna e de diferentes ambientes e para parada para descanso e realiza o de refei o pelos pescadores esportivos das Pousadas do entorno da Unidade.

Salienta-se que o leito menor do rio Roosevelt, onde são realizadas atividades de pesca esportiva, não está inserido nos limites do Parque, integrando sua Zona de

Amortecimento, conforme o Decreto de Criação s/n de 21 de junho de 2006 e a Lei 12.678 de 25 de junho de 2012.

Zona de Uso Extensivo Blocos Cerrado e Ecótono (ZUEx 4): com área de 645,61ha, localizada no encontro do rio Branco com o igarapé dos Macacos, abrangendo parte do Cerrado com floresta de galeria. Visa possibilitar a visitação, recreação e educação ambiental na região de Cerrado próxima a ZUEs1, em trilha interpretativa a ser aberta possibilitando a visitação. Poderão ser instalados equipamentos de apoio ao visitante no final desta trilha, como chapéu-de-palha e bancos, e o banho de rio será permitido.

Normas

- » As atividades permitidas serão a pesquisa, o monitoramento ambiental, a fiscalização e a visitação controlada.
- » A sinalização admitida é aquela indispensável para a proteção dos recursos naturais do PNCA e para a segurança do visitante.
- » A visitação nesta zona será ordenada de acordo com o estabelecido no Programa de Uso Público, contemplando aporte de barcos utilizados na atividade de pesca esportiva, realização de fogueiras de forma controlada e em locais pré-estabelecidos, abertura de trilhas pré-estabelecidas para as atividades interpretativas e de visualização de fauna, manutenção de forma ordenada das bases da Pousada Roosevelt.
- » As atividades previstas devem contribuir para a sensibilização do visitante quanto à conservação dos ambientes visitados.
- » A infraestrutura permitida é aquela indispensável às atividades previstas para a segurança e bem-estar dos visitantes e apoio à gestão da UC e deverá estar integrada com o ambiente natural local.
- » A implantação de trilha na área de Campinarana (Bloco Roosevelt) somente será permitida após estudo técnico sobre impacto da visitação nessa área.
- » A proteção dos ambientes e dos visitantes será permanente nos períodos de visitação.
- » O trecho da trilha do Encontro dos Rios, localizada na ZUEx 4, deverá ser percorrido a pé pelos visitantes. O acesso com veículos somente será permitido em casos especiais, previamente autorizados pela chefia da UC e restrito a estrada pré-existente, exceto para fins de proteção.

4.2.2.2.4. Zona de Uso Especial

Definição

É aquela que contém as áreas necessárias à administração, manutenção e serviços da Unidade de Conservação, abrangendo habitações, oficinas e outros. Estas áreas serão escolhidas e controladas de forma a não conflitarem com seu caráter natural e devem localizar-se, sempre que possível, na periferia da Unidade de Conservação (Galante *et alii*, 2002).

Objetivo Geral

Minimizar o impacto da implantação das estruturas necessária à administração, pesquisa e proteção ou os efeitos das obras no ambiente natural ou cultural da Unidade.

Descrição e Objetivos Específicos

A Zona de Uso Especial (ZUEs) com um total 345,57ha, representando 0,03% da área total do PNCA, compreende duas diferentes áreas no Bloco Ecótono e Cerrado. Tratam-se de áreas antropizadas e que serão utilizadas para implantação de estruturas para apoio a gestão da UC.

Zona de Uso Especial Bloco Cerrado (ZUEs 1): Área com 28,28ha localizada na estrada do Estanho, próxima ao igarapé dos Macacos, é uma área antropizada abrangida pela ampliação dos limites do PNCA no enclave de Cerrado e que será utilizada para implantação da Base Operativa do PNCA.

Zona de Uso Especial Bloco Ecótono (ZUEs 2): área com 317,29ha localizada no final do Ramal dos Baianos, no limite da UC. É uma área alterada pela exploração ilegal de madeira e uso de fogo e que será utilizada para a implantação de Posto de Apoio do PNCA. A trilha Matupi terá início nesta zona, próximo ao posto de apoio.

4.2.2.2.5. Zona de Recuperação

Definição

É aquela que contém áreas consideravelmente antropizadas. Zona provisória, uma vez restaurada, será incorporada novamente a uma das Zonas Permanentes. As espécies exóticas introduzidas deverão ser removidas e a restauração deverá ser natural ou naturalmente induzida. O objetivo geral é deter a degradação dos recursos, manejar ou restaurar a área (Galante *et alii*, 2002).

Objetivo Geral

Deter a degradação dos recursos, manejar ou restaurar a área. Esta Zona permite o uso público somente para a educação, além de pesquisa, monitoramento e proteção.

Descrição e Objetivos Específicos

A Zona de Recuperação (ZR), com um total de 36.089,29ha, representa 3,75% da área total do PNCA, compreendendo cinco áreas:

Zona de Recuperação Bloco Machado (ZR1): área com 15.952,80ha, localizada ao longo da estrada aberta pela APROMAR para invasão da UC; abrange áreas desmatadas e com capim *Brachiaria* sp. e outras espécies exóticas utilizadas em inícios de pomar e hortas, e com instalação de cercas e barracos pelos invasores; algumas áreas já estão em processo de regeneração natural.

Zona de Recuperação Blocos Taboca e Cerrado (ZR2): área com 18.221,60ha, localizada ao longo da estrada do estanho, incluindo o acesso à TI Igarapé Preto, compreendendo faixa de Cerrado alterada pelo antigo uso agropecuário da área.

Zona de Recuperação Bloco Ecótono / Rio Macacos (ZR3): área com 411,44ha, localizada na margem esquerda do Rio Macacos, próximo à sua foz no Rio Branco; abrange área desmatada e com introdução de capim *Brachiaria*, já em processo de regeneração natural.

Zona de Recuperação Bloco Ecótono / Serras (ZR4): área com 1.150,79ha, localizada na região das Serranias do Manicoré; abrange áreas desmatadas, sendo algumas com introdução de capim e em processo de regeneração natural.

Zona de Recuperação Bloco Ecótono / Vicinal Gorpim (ZR5): área com 116,78ha, localizada ao final da vicinal Gorpim; abrange área desmatada com introdução de capim *Brachiaria*.

Zona de Recuperação Bloco Ecótono / Campinarana (ZR 6): área com 235,88ha, localizada próxima a Campinarana; abrange área com introdução de capim e encontra-se em processo de regeneração natural.

Normas

- » As atividades permitidas são a fiscalização, a pesquisa e monitoramento ambiental e visitação com fins educativos.
- » A recuperação poderá ser induzida, mediante projeto específico, nas ZR1 e ZR2 e nas demais, a recuperação será natural.
- » Na recuperação induzida somente poderão ser usadas espécies nativas, devendo ser eliminadas as espécies exóticas porventura existentes.
- » As pesquisas e o monitoramento dos processos de regeneração deverão ser incentivados.
- » É permitida a realização de manejo para avaliação e estudo dos processos de regeneração florestal e do Cerrado.
- » Não serão instaladas infraestruturas nesta zona, com exceção daquelas necessárias aos trabalhos de recuperação induzida.
- » Somente é permitido o trânsito de veículos motorizados nas estradas pré-existentes, exceto para fins de proteção. As estradas nesta zona poderão ser utilizadas para proteção, monitoramento, pesquisa, manejo e educação ambiental.
- » Na ZR 2, a estrada já existente que dá acesso ao encontro dos rios, poderá ser utilizada para visitação com fins educativos sobre o impacto das atividades agropecuárias no Cerrado, sendo permitido o trânsito com veículos nesta área para fins educativos.
- » Na ZR 2, após a indenização, as estruturas que não forem aproveitadas para a gestão da UC deverão ser retiradas.

4.2.2.2.6. Zona de Ocupação Temporária

Definição

São áreas dentro das Unidades de Conservação onde ocorrem concentrações de populações humanas residentes e as respectivas áreas de uso. Zona provisória, uma vez realocada a população, será incorporada a uma das zonas permanentes (Galante *et alii*, 2002).

Objetivo Geral

As atividades relativas a esta zona estarão essencialmente voltadas para a proteção da Unidade, sendo também admitidas, conforme o caso, a pesquisa e a educação ambiental.

Descrição e Objetivos Específicos

A Zona de Ocupação Temporária (ZOT) abrange um total de 2.404,81ha que correspondem a 0,25% da área do PNCA e corresponde à três pequenas áreas já ocupadas na data da redefinição dos limites do Parque pela Lei 12.678/2012. O objetivo específico desta zona é a retirada dos ocupantes, conforme ação conjunta com o Programa Terra Legal em curso e prevista no Programa de Consolidação Territorial. **Bloco Cerrado/ Crivelaro (ZOT1):** área com 964,06ha, localizada na estrada do estanho, próximo ao igarapé dos macacos; possui um posseiro que mantém um caseiro cuidando da área, com criação de gado e outros animais

domésticos, além pomar e horta. A área desta zona foi definida com base nas áreas alteradas e estradas existentes, sem se basear em documentos que comprovem a posse.

Esta área deverá ser incorporada à Zona de Uso Especial 1 após a realocação e indenização dos ocupantes, com aproveitamento das estruturas existentes para a gestão da UC.

Bloco Cerrado / Leovaldo (ZOT2): Área com 335,85ha, localizada na estrada do estanho, possui um morador, com criação de gado e outros animais domésticos, produção agrícola familiar, possível utilização de recursos naturais da UC para manutenção de benfeitorias. A área desta zona foi definida com base nas áreas alteradas e estradas existentes, sem se basear em documentos que comprovem a posse.

Bloco Cerrado / Limite Sul Estanho (ZOT3): Área com 1.104,90ha, localizada na porção sul da estrada do estanho, próxima ao limite do PNCA. Possui ocupantes em ambas as margens da estrada, com criação de gado e outros animais domésticos e utilização de recursos naturais da UC para manutenção de benfeitorias.

Normas

- » Providências para a regularização fundiária definitiva deverão ser tomadas prioritariamente nesta zona.
- » O uso da área deverá ser acordado por instrumento legal ou acordo de convivência com os ocupantes, até que seja possível a realocação.
- » O cumprimento dos acordos firmados deverá ser fiscalizado.
- » Após a indenização, as estruturas que não forem aproveitadas para a gestão da UC deverão ser retiradas.

Tabela 4.16: Quadro Síntese do Zoneamento do Parque Nacional dos Campos Amazônicos.

Zonas	Descrição	Objetivos específicos	Principais Conflitos	Usos Permitidos	Normas Específicas
Zona Intangível 369.005,95ha = 38,39% do PNCA					
I1 - Bloco Machado 59.085,22ha	Localizada na região sul da UC (Bloco Machado), abrange parte da área mais preservada do enclave de cerrado, situado entre o Rio Machado e a Estrada do Estanho e porção de ecótono entre o Cerrado e a Floresta Ombrófila Aberta.	Proteger a área mais íntegra do enclave de Cerrado, suas fácies e as espécies animais e vegetais típicas de áreas abertas e restritas a esse ambiente da UC, assim como as formações de relevo relictual existentes nessa área, por sua peculiaridade. Proteção de nascentes de igarapés afluentes do rio Machado e que possuem grande diversidade ictia.	Possibilidade de ocorrência de fogo natural ou proveniente da TI Marmelos, e possível alteração de seu regime hídrico na porção mais sul caso seja implantado o Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) Tabajara.		» Não será permitida a visitação a qualquer título. » A pesquisa ocorrerá exclusivamente com fins científicos, desde que não possa ser realizada em outras zonas. » Não serão permitidos deslocamentos em veículos motorizados; salvo em casos emergências para combate a incêndiosAs atividades permitidas não poderão comprometer a integridade dos recursos naturais. » Não serão permitidas quaisquer instalações de infraestrutura.
ZI2 - Blocos Ecótono e Cerrado 56.23884.092,08ha	Situada na região central da UC, abrange a porção do enclave de cerrado a nordeste da Estrada do Estanho, sua transição com a Floresta Ombrófila Aberta, além de parte das serranias do Manicoré, da bacia do rio Machadinho e parte da maior formação de Campinarana protegida pelo PNCA.	Proteger área muito frágil do enclave de Cerrado, com predominância das formações Campos e Parque de Cerrado, com solo arenoso e exposto em alguns pontos e muito suscetível a erosão, bem como, espécies associadas a essa formação, como veado-campeiro <i>Ozotocerus bezoarticus</i> ; Proteger parcela relevante da maior formação de Campinarana existente na UC e espécies associadas, com destaque para <i>Bonnetia</i> sp. arbusto dominante nessa formação.	Possibilidade de ocorrência de fogo natural ou antrópico, proveniente das ocupações da estrada do Estanho. Existência de estradas antigas que podem ser utilizadas por moradores da região ou para pesquisa de garimpo aumentando o processo erosivo já existente nessas estradas ou gerando novos pontos de erosão. Extração ilegal de madeira nas proximidades da Campinarana o que pode favorecer a entrada de espécies invasoras de outros ambientes abertos nessa formação.	As atividades humanas serão limitadas à pesquisa, ao monitoramento e à fiscalização, exercidas somente em casos especiais.	
ZI3 - Bloco Roosevelt 225.828,63ha	Localizada na porção leste da UC, abrange grande parte da Floresta Ombrófila Densa protegida pelo Parque, e nascentes de afluentes dos rios Roosevelt e Guariba.	Proteger o maciço florestal formado pela Floresta Ombrófila Densa e variações no interflúvio dos rios Roosevelt e Guariba e ainda desconhecido pela UC e pesquisadores.	Tentativa de invasão/demarcação de terras da UC através do rio Guariba.		
Zona Primitiva 448.770,64ha = 46,68% do PNCA					
ZP1 - Blocos Machado e Cerrado 115.556,33ha	Localizada na porção sul da UC, abrange grande parte da Floresta Ombrófila Aberta e sua transição com o enclave de cerrado.	Proteger área de Floresta Ombrófila Aberta e sua transição com o Cerrado, além de manter o isolamento deste. Possibilitar a pesquisa científica em áreas pouco alteradas da UC e proteger a ZI1.	Tentativas de invasão por parte da APROMAR, a partir da estrada de acesso na zona de recuperação ou pelos rios São João, São Domingos e Jatuarana. Caça e pesca ao longo dos afluentes do Rio Machado. Retirada ilegal de madeira pelo rio Machado e ramais a partir da estrada do Estanho.		» As atividades permitidas não poderão comprometer a integridade dos recursos naturais. » Não serão permitidas quaisquer instalações de infraestrutura.
ZP2 - Blocos Taboca e Cerrado 46.541,04ha	Localizada na região da UC situada ao sul da TI Igarapé-Preto, abrange área de cerrado com predominância de suas formações florestadas e de transição com Floresta Ombrófila Aberta.	Proteger área pouco alterada do enclave de Cerrado, com predominância da Savana Florestada e sua transição com a Floresta Ombrófila Aberta. Possibilitar a pesquisa científica.	Possibilidade de ocorrência de fogo natural e antrópico, proveniente da estrada de acesso a TI Igarapé-Preto ou da própria Terra Indígena. Extração ilegal de madeira a partir de ramais da estrada do Estanho.	As atividades permitidas são a pesquisa científica, o monitoramento ambiental e a proteção.	» O tráfego de veículos motorizados só será permitido para proteção e pesquisa e em estradas pré-existentes, exceto para fins de proteção. » A fiscalização será constante.
ZP3 - Blocos Ecótono, Cerrado e Roosevelt 144.711,21ha	Localizada na região central da UC, abrange parte do enclave de Cerrado e grande parte do ecótono entre o Cerrado, Floresta Ombrófila Aberta e Campinarana, além de parte das serranias do Manicoré.	Proteger as áreas de ecótono entre Cerrado, Floresta Ombrófila Aberta e Campinaranas, a bacia do Rio Machadinho, possibilitar a pesquisa científica em áreas de cerrado pouco alteradas e proteger a ZI2.	Possibilidade de ocorrência de fogo natural e antrópico, proveniente da estrada do Estanho, entrada de garimpeiros pela área de cerrado e pelo rio dos Macacos, caça, pesca no rio Machadinho, extração ilegal de madeira		

Zonas	Descrição	Objetivos específicos	Principais Conflitos	Usos Permitidos	Normas Específicas
ZP4 - Bloco Roosevelt 141.962,06ha	Situada na porção leste da UC, abrange parte da Floresta Ombrófila Densa, formação de Campinarana próxima ao rio Roosevelt e afluentes dos rios Roosevelt e Guariba.	Proteger as formações florestais dessa área, possibilitar a pesquisa científica em áreas muito preservadas e proteger a ZI3.	na região do Pito Aceso e ramal dos Baianos. Coleta de copaíba e caça pelos indígenas da TI Igarapé-Preto. Tentativa de invasão/demarcação de terras da UC através do rio Guariba. Extração esporádica de recursos extrativistas do interior da UC pela comunidade de Bela Vista do rio Guaribas e entrada de garimpeiros.		
Zona de Uso Extensivo 104.668,57ha = 10,89% do PNCA					
ZUEx1 - Bloco Machado 41.705,06ha	Localizada ao longo do Rio Machado, formando uma faixa contínua com aproximadamente 5km de largura e abrangendo Floresta Ombrófila Densa Aluvial (matas de igapó) e parte do enclave de cerrado mais ao sul da UC.	Realização de pesquisas e possibilitar o uso público para recreação e educação ambiental em igarapés, formações florestais e no Cerrado.	Entrada de invasores pelo Rio Machado e seus afluentes, retirada ilegal de madeira, caça e pesca predatória, e impactos decorrentes da possível implantação do AHE Tabajara, incluindo possível alteração do regime hídrico na área de cerrado.	Visitação para recreação e educação ambiental no Igarapé Marmelos e em trilha a ser implantada na área de cerrado. Retirada de espécies exóticas.	» A visitação deve ocorrer de forma pontual devido a importância biológica da área e a grande ocorrência de nascentes e pequenos igarapés nessa área. » Não será permitido o trânsito de veículo automotores nessa área. A Implantação de infraestrutura deverá ser avaliada com cuidado e utilizada a mínima possível para a segurança e bem-estar dos visitantes ou como apoio para a gestão da UC.
ZUEx2 - Bloco Ecótono 1.332,58ha	Localizada próxima ao limite da Unidade, junto a Zona de Uso Especial na região do ramal dos Baianos, abrange parcela de Floresta Ombrófila Aberta e de Campinaranas.	Possibilitar a visitação para educação ambiental em área próxima a comunidade de Santo Antônio do Matupi e com formação aberta (Campinarana).	Retirada ilegal de madeira a partir do ramal dos Baianos.	Visitação com fins educativos em trilha interpretativa a ser aberta nessa Zona.	» A implantação de infraestrutura deverá ser a mínima necessária para segurança dos visitantes.
ZUEx3 - Bloco Roosevelt 60.985,32ha	Localizada nas margens do rio Roosevelt, abrange parte da Floresta Ombrófila Densa, Densa Aluvial e áreas de transição com Cerrado.	Possibilitar a visitação para recreação e educação ambiental nas margens do rio Roosevelt, para atividades de observação de fauna e de diferentes ambientes, e descanso e alimentação para pescadores esportivos das Pousadas do entorno da Unidade.	Pesca em igarapés no interior da UC, utilização de bases da Pousada Roosevelt (ainda não indenizadas) no interior da UC, entrada de caçadores e garimpeiros, retirada ilegal de madeira na porção norte desta Zona, ceva de animais silvestres.	Visitação para recreação e educação ambiental, aporte de barcos utilizados na atividade de pesca esportiva que ocorre na zona de amortecimento, realização de fogueiras de forma controlada e em locais pré-estabelecidos, abertura de trilhas pré-estabelecidas para as atividades interpretativas e de visualização de fauna, manutenção de forma ordenada das bases da Pousada Roosevelt. Retirada de espécies exóticas.	» Implantação de infraestrutura mínima para segurança e bem-estar dos visitantes. Normas estabelecidas pelo programa de Uso Público, implantação de trilha na área de campinarana somente após estudo técnico sobre impacto da visitação nessa área.
ZUEx4 - Blocos Cerrado e Ecótono 645,61ha	Localizada no encontro do rio Branco com o igarapé dos macacos, abrange parte do Cerrado com floresta de galeria.	Possibilitar a visitação com fins educacionais e recreativos.	Área sujeita a ação do fogo no período de seca na região.	Visitação com fins educativos em trilha interpretativa a ser aberta nessa Zona.	» A implantação de infraestrutura deverá ser a mínima necessária para segurança dos visitantes.
Zona de Uso Especial 345,57ha = 0,03% do PNCA					
ZUEs1 – Bloco Cerrado 28,28ha	Localizada na estrada do Estanho, próxima ao igarapé dos macacos, trata-se de área de cerrado antropizado e abrangido pela ampliação dos limites da UC.	Implantação de Base Operativa do PNCA.	Área situada na estrada do Estanho sujeita a ação do fogo no período seco.	Atividades operativas da Unidade, pesquisa, monitoramento e de educação ambiental.	

Zonas	Descrição	Objetivos específicos	Principais Conflitos	Usos Permitidos	Normas Específicas
ZUEs2 - Bloco Ecótono 317,29ha	Localizada no limite da UC, no final do Ramal dos Baianos, apresenta área de Floresta alterada por exploração madeireira e fogo.	Implantação de posto de apoio do PNCA.	Área alterada pela exploração ilegal de madeira e utilização de fogo.	Atividades operativas da Unidade, pesquisa, monitoramento e de educação ambiental.	--
Zona de Recuperação 36.089,29ha = 3,75% do PNCA					
ZR1 - Bloco Machado 15.952,80ha	Localizada ao longo da estrada aberta pela APROMAR para invasão da UC, abrange áreas desmatadas e com capim <i>Brachiaria</i> , algumas em processo de regeneração natural.	Recuperação das áreas desmatadas e retirada de espécies exóticas.	Retorno constante de invasores ao interior da UC, uso de fogo para manutenção das áreas abertas, instalação de cercas e barracos pelos invasores, existência de capim <i>Brachiaria</i> e espécies exóticas utilizadas para formação de pomar e hortas.	Realização de pesquisa para recuperação de áreas degradadas, recuperação induzida mediante projeto específico, fiscalização e monitoramento ambiental.	» No caso de recuperação induzida somente poderão ser utilizadas espécies nativas, as espécies exóticas deverão ser retiradas.
ZR2 - Blocos Taboca e Cerrado 18.221,60ha	Localizada ao longo da estrada do estanho, incluindo o acesso à TI Igarapé Preto, compreende faixa de Cerrado alterada pelo antigo uso agropecuário da área.	Recuperação de área de cerrado alterada	Proximidade com estrada de acesso à TI Igarapé-Preto, possibilidade de ocorrência de fogo natural e antrópico, existência de capim exótico.	Pesquisa científica para recuperação da área, recuperação induzida mediante projeto específico.	» No caso de recuperação induzida somente poderão ser utilizadas espécies nativas, as espécies exóticas deverão ser retiradas. » É permitida a realização de manejo para avaliação e estudo dos processos de regeneração. » A estrada já existente, que dá acesso ao encontro dos rios, poderá ser utilizada para visitação com fins educativos sobre o impacto das atividades agropecuárias no Cerrado, sendo permitido o trânsito com veículos nesta área para fins educativos. » Somente é permitido o trânsito de veículos motorizados nas estradas pré-existentes, exceto para fins de proteção. As estradas nesta zona poderão ser utilizadas para proteção, monitoramento, pesquisa, manejo e educação ambiental. » Após a indenização, as estruturas que não forem aproveitadas para a gestão da UC deverão ser retiradas.
ZR3 - Bloco Ecótono / Rio Macacos 411,44ha	Localizada na margem esquerda do Rio Macados, próximo à sua foz com o Rio Branco, abrange área desmatada e com introdução de capim <i>Brachiaria</i> em processo de regeneração natural.	Recuperação de área desmatada.	Existência de capim <i>Brachiaria</i> .	Preferencialmente recuperação natural.	--
ZR4 - Bloco Ecótono / Serras 1.150,79ha	Localizada na região das serranias do Manicoré, abrange áreas desmatadas, sendo algumas com introdução de capim, em processo de regeneração natural.	Recuperação de área desmatada.	Existência de capim <i>Brachiaria</i> .	Preferencialmente recuperação natural.	--
	Localizada no final da vicinal Gorpim,	Recuperação de área desmatada.	Existência de capim <i>Brachiaria</i> .	Preferencialmente recuperação	--

Zonas	Descrição	Objetivos específicos	Principais Conflitos	Usos Permitidos	Normas Específicas
ZR5 - Bloco Ecótono / Vicinal Gorpim 116,78ha	abrange área desmatada, com introdução de capim <i>Brachiaria</i> .			natural.	
ZR6 – Bloco Ecótono / Campinarana 235,88ha	Localizada próxima a campinarana, abrange área com capim e encontra-se em processo de regeneração natural.	Recuperação de área desmatada.	Existência de capim <i>Brachiaria</i> .	Preferencialmente recuperação natural.	--
Zona de Ocupação Temporária 2.404,81ha = 0,25% do PNCA					
ZOT1 - Bloco Cerrado / Crivelaro 964,06ha	Localizada na estrada do Estanho, próximo ao igarapé dos macacos, possui um posseiro que mantém um caseiro cuidando da área.				
ZOT2 - Bloco Cerrado / Leovaldo 335,85ha	Localizada na estrada do Estanho, possui um morador.	Retirada dos Ocupantes.	Áreas em processo de regularização através da realocação dos posseiros, possuem criação de gado, e outros animais domésticos, pomar e horta.	Atividades de Regularização fundiária e itens previstos no acordo de convivência, sendo permitida a manutenção das atividades realizadas antes da ampliação da UC.	As normas específicas deverão ser acordadas com os ocupantes.
ZOT3 – Bloco Cerrado / Limite Sul Estanho 1.104,90ha	Localizada na porção sul da estrada do estanho, próximo ao limite do PNCA, possui ocupantes em ambos os lados da estrada.				

4.2.3. Zona de Amortecimento

Definição

A Zona de Amortecimento (ZA) compreende o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade (Lei Nº 9.985/2000 Art. 2º, inciso XVIII).

Critérios Utilizados no Estabelecimento da Zona de Amortecimento

Os critérios e justificativas utilizados para o estabelecimento dos limites da ZA foram os seguintes:

- Manutenção da bacia do Rio Guariba - o estabelecimento da ZA nessa área é importante para maior autonomia da fiscalização, visando impedir as invasões/grilagens que estão ocorrendo nessa região e que podem afetar o PNCA (picadas de demarcação ilegal de lotes estão partindo do rio Guariba em direção ao rio Roosevelt).
- Evitar a fragmentação ambiental entre a BR-230 e o PNCA e propiciar conectividade do PNCA com a UC em processo de criação localizada ao norte da BR-230.
- Ampliar a área de proteção no entorno da campinarana com intuito de manter seu isolamento no interior de porções florestais, evitando a contaminação biológica e a conseqüente alteração dessa formação.
- Conservar o maciço florestal entre os blocos Ecótono e Roosevelt do Parque, para amenizar os efeitos da fragmentação da UC e garantir a manutenção das nascentes do Rio Manicoré.
- Ordenar o uso dos recursos naturais na área de produção agropecuária no entorno da vila de Santo Antonio do Matupi, e propiciar autonomia para ações de fiscalização, especialmente quanto ao avanço do desmatamento no entorno do PNCA.
- Ampliar a área de atuação da fiscalização da equipe da UC para possibilitar ações que visem manter conectividade ambiental entre a Reserva Biológica do Jaru e o PNCA e, conseqüentemente, do Mosaico da Amazônia Meridional.
- Atender ao disposto no Art. 5º, Parágrafo Segundo, da Lei nº 12.678, de 25 de Junho de 2012:

§ 2º O leito da Estrada do Estanho e o leito menor do rio Roosevelt no trecho compreendido entre os pontos do memorial descritivo P-050 e P-238 ficam excluídos dos limites do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, passando a integrar sua zona de amortecimento, cujos limites e normas de utilização serão estabelecidos no plano de manejo da unidade de conservação.”

Descrição da Zona de Amortecimento

Os limites da ZA do Parque Nacional dos Campos Amazônicos foram estabelecidos em 3 blocos isolados e conforme descrição abaixo:

Bloco 1 – Abrange as porções leste e norte, a partir do ponto em que o rio Guariba faz limite com o PNCA e com a RESEX do Guariba, segue pelos limites da RESEX até os limites da Floresta Estadual do Aripuanã, a partir deste ponto, segue rumo norte passando por diversos igarapés até a confluência de um igarapé sem nome com o rio Parintintim, e então segue pela

margem direita deste até sua confluência com o rio Guariba, segue pela margem direita deste em sentido jusante até a confluência com o rio Aripuanã, a partir deste, segue pela margem direita sentido jusante até a localidade conhecida como “Mata-Matá”, no ponto de cruzamento da BR-230 com o referido rio, então, segue pela margem esquerda do rio Aripuanã até o ponto de coordenadas geográficas 07°26'32”S e 60°38'50”O, a partir deste segue na direção oeste limitando-se ao sul de uma Unidade de Conservação Federal que encontra-se em fase de criação até o ponto de coordenadas geográficas 07°35'43”S e 61°05'16”O, a partir deste, segue ao sul até a BR230 e segue até o igarapé Jatuarana, a partir deste, segue sentido montante pela margem esquerda até sua nascente, e então segue por uma linha reta até o ponto de coordenadas geográficas 07°57'34”S e 61°17'19”O localizado na margem esquerda do igarapé Jará, então segue por este igarapé até o ponto de coordenadas geográficas 07°54'39”S e 61°21'25”O e então segue passando por pequenos igarapés até a linha vicinal Ramal dos Baianos e então segue até a margem esquerda do rio Manicoré no ponto de coordenadas geográficas 07°56'43”S e 61°24'52”O, segue então no sentido montante e a partir do ponto de coordenadas geográficas 08°00'37”S e 61°27'31”O segue por limites artificiais até o ponto de coordenadas geográficas 08°03'55”S e 61°30'31”O localizado no encontro da linha vicinal Ramal do Pito Aceso com outra via terrestre sem denominação, a partir deste segue por limites artificiais e naturais até o ponto de coordenadas geográficas 08°04'53”S e 61°35'58”O localizado na margem esquerda do rio Branco, segue por este rio sentido montante até o ponto de encontro deste com o rio dos Macacos, e então pelos limites do PNCA até o ponto de origem da descrição deste bloco.

Bloco 2 – Abrange a porção sul, a partir do ponto de coordenadas geográficas 08°48'31”S e 62°05'52”O localizado na divisa dos Estados de Rondônia e Amazonas e no limite oeste do PNCA, segue pela divisa dos estados até a FERS Rio Machado, e então segue pelos limites desta UC e por uma linha reta até os limites da RESEX Rio Preto-Jacundá, e então segue pelos limites desta UC até o ponto de coordenadas geográficas 09°02'32”S e 62°04'42”O e então segue em linha reta até o encontro da estrada vicinal Linha 01 com uma estrada sem denominação, segue por esta até seu cruzamento com a RO-133 e então segue por esta até o encontro a estrada vicinal Linha LJ32 e então segue por esta passando uma linha reta até o ponto de coordenadas geográficas 09°03'02”S e 61°58'52”O e então segue pela estrada vicinal Linha LJ30 e então segue por igarapés sem denominação passando pelo igarapé do Inferno até o ponto de coordenadas geográficas 09°04'14”S e 61°54'56”O localizado na Linha LJ28 e então segue por esta até a Linha LJ25 e depois Linha LJ22 até o encontro desta com a LJ20 e então por linha reta até a margem direita do rio Machadinho, segue por este até a confluência com igarapé Preto, a partir deste ponto, segue pela margem esquerda deste último em sentido montante até o ponto de coordenadas geográficas 09°16'41”S e 61°44'48”O, e então segue por igarapé sem nome até o limite noroeste da REBIO do Jarú, segue limitando-se a esta UC até o igarapé São Felix, e então segue pela margem direita deste em sentido jusante até a confluência deste com o rio Madeirinha, e então segue pela margem direita deste último no sentido jusante até o limite da ESEC do Rio Madeirinha e então segue limitando-se ao Parque Estadual do Tucumã até o limite com o PNCA.

Bloco 3 – Corresponde a porção localizada entre os limites do PNCA, da Terra Indígena Tenharim do Igarapé Preto e Floresta Estadual de Manicoré, abrangendo parte dos rios Roosevelt e Madeirinha.

Normas para a Zona de Amortecimento

Para a Zona de Amortecimento do Parque Nacional dos Campos Amazônicos são estabelecidas as seguintes normas:

- » Na implantação das reservas legais deverá ser priorizado a inclusão de áreas que ajudem a ampliar a conectividade entre os fragmentos florestais e o PNCA, e deste com outras Unidades de Conservação, e quando a propriedade for limítrofe a UC, a reserva legal deverá ser contígua aos limites do PNCA.
- » As atividades agropastoris na ZA deverão estar de acordo com as práticas de conservação do solo recomendadas pelos órgãos oficiais de extensão agrícola e pesquisa, como EMATER e EMBRAPA e com a Legislação Ambiental Estadual da Propriedade Rural.
- » Nas queimadas controladas, devidamente autorizadas pelo órgão competente, não deverão ser utilizadas áreas de florestas como barreiras de contenção de chamas.
- » Os Planos de Manejo Florestal Sustentável licenciados na ZA deverão observar os seguintes preceitos: a Reserva Legal do imóvel rural deve ser averbada na parte da propriedade confrontante com a UC; as obras de infraestrutura necessária à exploração do PMFS tais como acampamentos, estradas e carreadoras não deverão ser construídas na divisa da propriedade com a UC; PMFS em propriedades que abriguem áreas abertas naturais deverão resguardar faixa mínima de 100m sem exploração no entorno das áreas de Cerrado e Campinaranas.
- » Não será permitido a utilização de espécies de peixes alóctones à Bacia Amazônica em atividades de piscicultura na ZA.
- » As ações necessárias para a manutenção da estrada do Estanho, que possam causar alterações nos ambientes da UC (como a obras de drenagem ou caixas de empréstimo) deverão ser previamente autorizadas pela chefia da Unidade.

4.2.4. Previsão de Infraestrutura

Para que a gestão do PNCA execute o presente Plano de Manejo, foi planejada uma infraestrutura mínima, descrita a seguir, distribuída em locais considerados estratégicos, conforme mostra a Figura 4.7:

No Bloco Cerrado:

- Base Operativa Estrada do Estanho (Prioridade 1): estrutura prioritária para instalação devendo estar localizada na estrada do Estanho, no enclave de Cerrado do PNCA em região ampliada pela Lei 12.678/2012. Tal estrutura terá o intuito de apoiar atividades administrativas da UC, envolvimento comunitário incluindo as reuniões do Conselho Consultivo da UC, ações de fiscalização e de prevenção e combate a incêndios florestais, pesquisas, atividades de uso público de interpretação e educação ambiental. As benfeitorias da ZOT 1 poderão ser agregadas à Base Operativa após a indenização e realocação dos ocupantes.
- Posto de Apoio Estanho Sul (Prioridade 3): estrutura localizada na região de Cerrado próxima ao limite sul da UC. Está situado em área estratégica para apoio principalmente as ações de proteção, tendo em vista o avanço do arco do desmatamento na região, onde a pressão ocorre através da exploração ilegal de madeira e ocorrências de incêndios florestais que ameaçam a integridade dos ambientes do PNCA.

No Bloco Machado:

- Posto de Apoio Tabajara (Prioridade 4): a ser instalado na região do Rio Machado, avaliando a possibilidade da implantação de um flutuante ou outra estrutura adequada aos limites da UC e à logística de acesso. A estrutura será utilizada como apoio para atividades de Uso Público, de interpretação e educação ambiental, pesquisa e proteção.

No Bloco Ecótono:

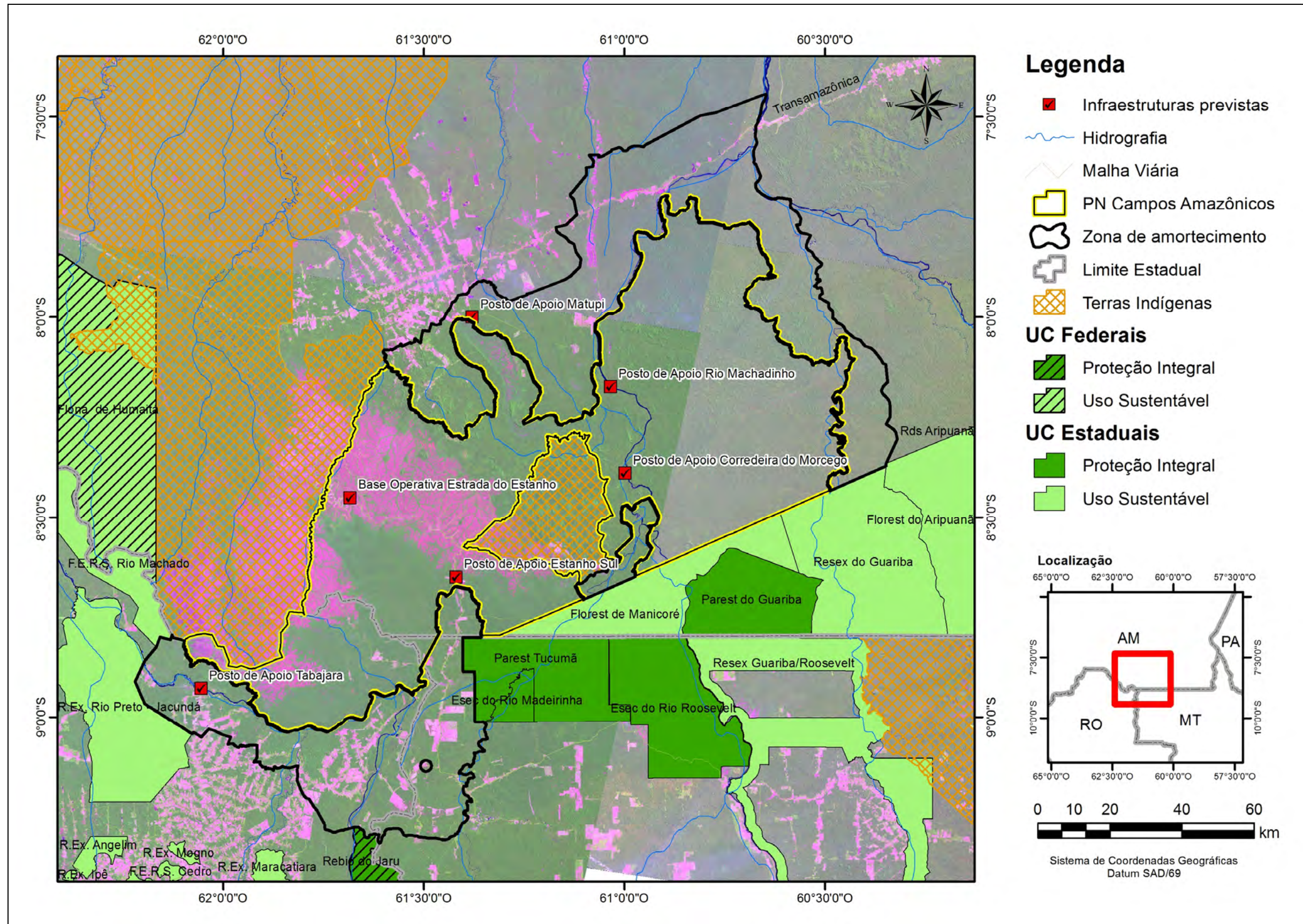
- Posto de Apoio Matupi (Prioridade 2): a ser instalado no final do Ramal dos Baianos, junto ao limite da UC, aproveitando área já alterada na Zona de Uso Especial. Esta estrutura deverá ser instalada com intuito de apoiar atividades de envolvimento comunitário, interpretação e educação ambiental, pesquisa e proteção na região de Santo Antonio do Matupi e viabilizar a abertura de trilha interpretativa na área de Campinarana – Trilha Matupi.

No Bloco Roosevelt:

- Posto de Apoio Rio Machadinho (Prioridade 5): possibilidade de utilização conjunta, para fins de fiscalização e pesquisa, da infraestrutura já instalada pela Pousada Roosevelt. Após indenização, a área será utilizada como ponto de apoio comum para as atividades de uso público na região do rio Roosevelt.
- Posto de Apoio Corredeira do Morcego (Prioridade 6): utilizado atualmente pela Pousada Roosevelt para as atividades de uso público. Após indenização, será utilizada como ponto de apoio comum para as atividades de uso público.

Em relação à sede administrativa da UC, embora a permanência da equipe em Porto Velho aumente a distância de deslocamento para acessar a UC, avaliou-se que a permanência da mesma apenas em Humaitá ou Machadinho D'Oeste inviabilizaria o desenvolvimento de uma série de atividades da UC. A permanência da equipe em Humaitá complicaria o acesso de agentes de Rondônia com a equipe da UC, e vice-versa no caso de Machadinho D'Oeste. Devido a posição central de Porto Velho, em relação à Humaitá e a Machadinho D'Oeste, e especialmente, quanto a região norte e a região sul da UC, enquanto não houver o aumento no tamanho da equipe da UC, de forma que possibilite a divisão da mesma e viabilize o atendimento das duas regiões da UC, a sede administrativa deve permanecer em Porto Velho.

Figura 4.7: Zona de Amortecimento e localização da infraestrutura proposta para o interior do Parque Nacional dos Campos Amazônicos.



BIBLIOGRAFIA

Abade, L. A. S., D'Amico, A. R., Paula, R. C. 2009. Avaliação Ecológica Rápida para o Plano de Manejo do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, Estado do Amazonas - Relatório Técnico Final do Componente Mastofauna. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Relatório Técnico).

Alarsa, C. 2009. Caracterização Inicial dos Setores de Amostragem para o Plano de Manejo do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, Estado do Amazonas. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Relatório Técnico).

Aleixo, P. F. 2007. *Birds of an open vegetation enclave in Southern Brazilian Amazônia*. The Wilson Journal of Ornithology v.119, n. 4, p. 610-630.

Altukhov, Y. P. 2005. Intraspecific Genetic Diversity: Monitoring, Conservation, and Management. Springer, Londres. 438p.

Araújo, M. A. 2007. Unidades de Conservação no Brasil: da república à gestão de classe mundial. Belo Horizonte: SEGRAC.

Arrolho, S., Rosa, R. G. D., Ramires, D. G., Godoi, D. S., Smerman, W., Pascoal, V. P. 2006. Relatório da Ictiofauna para o Plano de Manejo da Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo, Pará. ICV / WWF Brasil /IBAMA.

Arrolho, S., Godoi, D. S., Rosa, R. D. 2007. Avaliação Ecológica Rápida para a Revisão do Plano de Manejo da Reserva Biológica do Jaru, Estado de Rondônia - Relatório Técnico Final do Componente Ictiofauna. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Relatório Técnico Não Publicado).

Arrolho, S., Godoi, D. S., Rosa, R. D. 2008. Avaliação Ecológica Rápida para o Plano de Manejo do Parque Nacional do Juruena, Estado de Mato Grosso. Relatório Componente Ictiofauna. ICV/WWF/ICMBio.

Arrolho, S., Godoi, D. S., Rosa, R. D. 2008. Relatório da Ictiofauna para o Plano de Manejo do Parque Nacional do Juruena, MT/AM. ICV / WWF Brasil /ICMBio (em elaboração).

Ávila-Pires, T. C. S. 1995. Lizards of brazilian Amazonian (Reptilia: Squamata). Zool. Verh. Leiden 299:1-706.

Ayres, J. M., Ayres, C. 1979. Aspectos da caça no alto rio Aripuanã. Acta Amazonica 9 (2): 287-298.

Ayres, J. M. *et alii.*, 1997. Abordagens inovadoras para a conservação da biodiversidade no Brasil: os corredores das florestas neotropicais. Sociedade Civil Mamirauá. Belém. Pará.

Azevedo-Ramos, C. & Galatti, U. 2001. Relatório Técnico sobre a diversidade de anfíbios na Amazônia Brasileira. In: Biodiversidade na Amazônia Brasileira: Avaliação e Ações Prioritárias, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios; Capobianco, J. P. R., Veríssimo, A.; Moreira, A.; Sawyer, D.; Santos, I.; Pinto, L. P. (org.). São Paulo, Instituto Socioambiental.

Azevedo, A. M. G. 1981. O gênero *Desmodium* no Brasil: Considerações Taxonômicas. Dissertação de mestrado. Unicamp.

Bahia, R. B. C. 1997 A Formação Palmeiral (Proterozóico Superior) na Serra dos Pacaás Novos, Oeste de Rondônia. Universidade Federal do Pará, Dissertação de Mestrado do Curso de Pós-Graduação em Geologia e Geociências. Belém.

Barthlott, W., Porembski, M., Kluge, J., Schmidt, L. 1997. *Selenicereus wittii* (Cactaceae): An epiphyte adapted to Amazonian Igapó inundation forests. Pl. Syst. Evol 206: pp. 175–185.

- Bauer, D., Waechter, J. L. 2006. Sinopse taxonômica de Cactaceae epifíticas no Rio Grande do Sul, Brasil. *Acta bot. bras.* 20(1): 225-239.
- Begon, M., Townsend, C. R., Harper, J. L. 2007. *Ecologia - De Indivíduos a Ecossistemas - 4ª Ed.* Artmed.
- Bernarde, P. S. & Machado, R. A. 2009. Avaliação Ecológica Rápida para o Plano de Manejo do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, Estado do Amazonas - Relatório Técnico Final do Componente Herpetofauna. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Relatório Técnico).
- Bernarde, P. S. 2007. Ambientes e temporada de vocalização da anurofauna no Município de Espigão do Oeste, Rondônia, Sudoeste da Amazônia - Brasil (Amphibia: Anura). *Biota Neotropica* 7(2):87-92.
- Bernarde, P. S., Abe, A. S. 2006. A snake community at Espigão do Oeste, Rondônia, Southwestern Amazon, Brazil. *South American Journal of Herpetology* 1(2):102-113.
- Bernarde, P. S., Machado, R. A. 2005. Levantamento da herpetofauna de Rondolândia, Mato Grosso - Brasil. Resumos *In: 2º Congresso Brasileiro de Herpetologia*, Belo Horizonte.
- Bernarde, P. S., Macedo-Bernarde, L. C. 2004. Impacto do desmatamento e formação de pastagens sobre a anurofauna de serapilheira em Rondônia, Brasil (Amphibia: Anura). Resumos, *In: XXV Congresso Brasileiro de Zoologia*. Brasília. p.191.
- Bernarde, P. S. 2004a. Composição faunística, ecologia e história natural de serpentes em uma região no Sudoeste da Amazônia, Rondônia, Brasil. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista. Rio Claro. São Paulo.
- Bernarde, P. S., Macedo-Bernarde, L. C., Abe, A. S. 2004b. Comunidade de lagartos em uma localidade em Espigão do Oeste, Rondônia. Resumos, *In: XXV Congresso Brasileiro de Zoologia*. Brasília. p.406.
- Bernarde, P. S., Kokubum, M. C. N., Machado, R. A., Anjos, L. 1999. Uso de habitats naturais e antrópicos pelos anuros em uma localidade no Estado de Rondônia, Brasil (Amphibia: Anura). *Acta Amazonica* 29: 555-562.
- Beraldo, T., Leandro, E. L. 2009. Diagnóstico do Uso Público para o Plano de Manejo do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, Estado do Amazonas. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Relatório Técnico).
- Bodmer, R. E., Fang, T. G., Montenegro, O. L. 1999. Uso sustentable de los ungulados amazónicos: Implicaciones para las áreas protegidas comunales. *Manejo y Conservacion de Fauna Silvestre en America Latina*. Editorial-Instituto de Ecologia. La Paz, Bolivia
- Bodmer, R. E., Eisenberg, J. F., Redford, K. H. 1997. Hunting and the likelihood of extinction of Amazonian mammals. *Conservation Biology* 11:460-466.
- Bodmer, R. E. 1991. [Strategies of seed dispersal and seed predation in Amazonian ungulates](#). *Biotropica* 23: 255-261
- Brasil, 2006. Diretrizes Iniciais para um Ordenamento Sustentável da Região Sudeste-Sul. Governo do Amazonas. Manaus.
- Brasil. 2006a. Mapa de Geomorfologia da Amazônia. Contrato IBGE/SISCEA (Projeto SIVAM). Brasília.
- Brasil. 2006b. Mapa de Solos da Amazônia. Contrato IBGE/SISCEA (Projeto SIVAM). Brasília.
- Brasil, 2004. Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal. Casa Civil. Brasília.

- Brasil, 1980. Projeto RADAMBRASIL: Programa de Integração Nacional. Ministério das Minas e Energia, Departamento Nacional da Produção Mineral. Rio de Janeiro: vol. 20. il.
- Brasil, 1978. Projeto RADAMBRASIL, Levantamento de Recursos Naturais. Departamento Nacional de Produção Mineral. Folha SC - 20. Porto Velho, Vol. 16, Rio de Janeiro.
- Camargo, M. N., Kaufmann, J. H. 1987. Classificação de solos usada em mapeamentos Pedológicos no Brasil, Sociedade Brasileira de Ciência do Solo. Campinas. São Paulo.
- Cândido Jr, J. F., Dal'Maso, A. 2009. Avaliação Ecológica Rápida para o Plano de Manejo do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, Estado do Amazonas - Relatório Técnico Final do Componente Avifauna. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Relatório Técnico).
- Capobianco, J. P. R., Veríssimo, A., Moreira, A., Sawyer, D., Santos, I., Pinto, P. 2001. Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. Editora ISA, São Paulo.
- Capra, F. 1996. A Teia da Vida. São Paulo, Ed. Cultrix.. 256 p.
- Carneiro Filho, A. 1993. Cerrados amazônicos: fósseis vivos? Algumas reflexões. R. IG, 14: 63-68.
- Carrillo, E., Saenz, J. C., Fuller, T. K. 2002. Movements and activities of white-lipped peccaries in Corcovado National Park, Costa Rica. Conservation Biology 108: 317-324.
- Christofoletti, A. 1980. Geomorfologia. São Paulo: Edgard Blucher. 188p.
- Chiarello, A. G. 1999. Effects of Fragmentation of the Atlantic Forest on Mammal Communities in South-Eastern Brazil. Biological Conservation 89: 71-82.
- Colli, G. R., Costa, G. C., Gardan, A. A., Kopp, K. A., Mesquita, D. O., Péres-Jr, A. K., Valdujo, P. H., Vieira, G. H. C., Wiederhecker, H. C. 2003. A critically endangered new species of *Cnemidophorus* (Squamata, Teiidae) from a Cerrado enclave in Southeastern Amazonia, Brazil. Herpetologica 59:76-88.
- Costa, C. P. A. 2004. Efeitos da Defaunação de Mamíferos Herbívoros na Comunidade Vegetal. Tese de Doutorado, Campinas.
- Costa, J. B. S., Hasui, Y. 1997. Evolução geológica da Amazônia. In: M. L. Costa & R. S. Angélica (ed.). Contribuições à Geologia da Amazônia. Belém, FINEP/SBG-Núcleo Norte, 15-90.
- Coutinho, L. M. 1977. Aspectos Ecológico do Fogo no Cerrado II – As Queimadas e a Dispersão de Sementes em algumas Espécies Anemocóricas do Estrato Herbáceo-Subarbustivo. Bol. Botânica, Universidade de São Paulo. 5:57-64.
- CPRM. 2004. Geologia e recursos minerais do Estado de Mato Grosso. CPRM Cuiabá.
- CPRM, 2001. Programa de Gestão Ambiental Integrado do Amazonas (PGAI-AM). PPG7/CPRM. Manaus.
- CPRM. 2000. Geologia e recursos Minerais do Estado de Rondônia. CPRM Porto Velho.
- Creed, J. C. 2006. Perturbações em Comunidades Biológicas. Em: Rocha, C.F.D., Bergallo, H.G., Sluys, M.V., Alves, M.A.S., Biologia da Conservação – Essências. Rima, 582p.
- Cullen Jr, L. 1997. Hunting and Biodiversity in Atlantic Forest Fragments, São Paulo, Brazil. Tese de Mestrado. University of Florida, Florida, USA.
- Cullen Jr., L., Bodmer, R. E., Valladares-Pádua, C. 2000. Effects of Hunting in Habitat Fragments of the Atlantic Forests, Brazil. Biological Conservation, 95: 49-56.

- D'Amico, A. R. 2014. Avaliação da interferência do fogo na ocorrência de mamíferos de médio e grande porte no enclave de cerrado do Parque Nacional dos Campos Amazônicos. Relatório de Pesquisa.
- D'Amico, A. R., Paula, R. C. 2006. Avaliação Ecológica Rápida para a Revisão do Plano de Manejo da Reserva Biológica do Jaru, Estado de Rondônia. Relatório Final do Componente Mastofauna.
- Della-Justina, E. 2009. Avaliação Ecológica Rápida para o Plano de Manejo do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, Estado do Amazonas - Relatório Técnico Final do Componente Meio Físico. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Relatório Técnico).
- Della-Justina, E. E., Machado, B. G. 2007. Diagnóstico do Meio Físico da Reserva Biológica do Jaru (RO). Relatório Preliminar. In: Revisão do Plano de Manejo da Reserva Biológica do Jaru. Brasília, MMA/IBAMA (in press).
- DSG/CPRM. 2004 Geologia e recursos minerais do Estado de Mato Grosso. CPRM- Programa Geologia do Brasil, Brasília.
- Duellman, W. E. 1990. Herpetofaunas in Neotropical rainforests: comparative composition, history, and resource use. *In: Four Neotropical Rainforests*, A. H. Gentry (ed.), pp. 455-505, Yale University Press, New Haven.
- Duellman, W. E. 1978. The biology of na equatorial herpetofauna in Amazonian Equador. *Univ. Kansas Mus. Nat. Hist. Misc. Publ.* 65:1-352.
- Eiten, G. 1972. The cerrado vegetation of Brazil. *Botanical Review.* Vol. 38. p. 201-341.
- Emmons, L. H. & Feer, F. 1998. *Neotropical Rainforest Mammals, A Field Guide*. Second Edition. University of Chicago Press, Chicago.
- EMBRAPA, 1999. Sistema Brasileiro de Classificação de solos. Brasília: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Serviço de Produção de Informação. 412p.
- EPE, 2010. Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia do rio Aripuanã. Empresa de Pesquisas Energéticas. Disponível em: <http://www.epe.gov.br>. Acesso em: 14 jan. 2014.
- FADESP. 2004. Diversidade de Vertebrados no alto Rio dos Marmelos (BX 044). PROBIO 02/2001. 104P.
- FAS, 2009. Sistema Estadual de Unidades de Conservação. Manaus: Fundação Amazonas Sustentável. Disponível em: <<http://www.fas-amazonas.org>>. Acesso em: 18 mai. 2008.
- Ferreira, E. J. L. 2006. Manual das palmeiras do Acre, Brasil. Disponível em: <http://www.nybg.org/bsci/acre/www1/manual_palmeiras.html>. Acesso em: 20 dez. 2008.
- Fidelis, A., Pivello, V. R. 2011. Deve-se Usar o Fogo como Instrumento de Manejo no Cerrado e Campos Sulinos? *In Biodiversidade Brasileira – Manejo do Fogo em Áreas Protegidas*. Ano 1 – Número 2. P. 27-40.
- Fonseca, G. A. B. & Silva, J. M. C., 2005. Megadiversidade Amazônica: Desafios para a sua Conservação. *Ciência & Ambiente*. Universidade Federal de Santa Maria. 31ª edição.
- Fonseca, G. A. B., Rylands, A. B., Costa, C. M. R., Machado, R. B., Leite, Y. L. R. 1994. Livro Vermelho dos Mamíferos Brasileiros Ameaçados de Extinção. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 459p.
- Fragoso, J. M. V. 1994. Large Mammals and the Community of an Amazonian Rain Forest. Ph.D Thesis University of Florida.
- França, F. G. R., Mesquita, D. O., Colli, G. R. 2006. A checklist of snakes from Amazonian savannas in Brazil, housed in the Coleção Herpetológica da Universidade de Brasília, with new

- distribution records. Occasional Papers Of The Sam Noble Oklahoma Museum Of Natural History 17. 1-13.
- Gainsbury, A. M., Colli, G. R. 2003. Lizard assemblages from natural Cerrado enclaves in southwestern Amazonia: the role of stochastic extinctions and isolation. *Biotropica* 35(4): 503-519.
- Gallo-de-Oliveira, A. V., Dalponte, J., Duarte, R. Souza, J. 2014. Relatório Técnico-Operacional da Expedição Zogue-zogue-rabo-de-fogo. MapsMut, Rastos, WWF-Brasil.
- Gallo-de-Oliveira, A. V. 2009. Avaliação Ecológica Rápida para o Plano de Manejo do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, Estado do Amazonas - Relatório Técnico Final do Componente Vegetação. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Relatório Técnico).
- Gallo-de-Oliveira, A. V. G.; Sobral, M. E. G., 2008. Relatório de Vegetação para o Plano de Manejo do Parque Nacional do Juruena, Mato Grosso - Amazonas. ICV / WWF-Brasil / IBAMA, Alta Floresta – MT, 93p.
- Gallo-de-Oliveira, A. V. G. & Sobral, M. E. G., 2007. Relatório de Vegetação para a Revisão do Plano de Manejo da Reserva Biológica do Jarú, Rondônia. IBAMA / ICV / WWF-Brasil. Ji-Paraná – RO, 95p.
- Giulietti, A. M., Scatena, V. L., Sano, P. T., Parra, L., Queiroz, L. P., Harley, R. M., Menezes, N. L., Ysepon, A. M. B., Salatino, A., Salatino, M. L., Vilegas, W., Santos, L. C., Ricci, C. V., Bonfim, M. C. P., Miranda, E. B. 2000. Multidisciplinary studies on neotropical Eriocaulaceae. In: K.L. Wilson & D. Morrison (eds.). *Monocots: Systematics and evolution*. Collingwood, CSIRO Publishing.
- Glassaman, S. F. 1987. Revisions of the Palm Genus *Syagrus* Mart. and Other Selected Genera in the Cocos Alliance. Illinois Biological Monographs 56. University of Illinois Press, Urbana and Chicago, 230p.
- Godoi, D. S., Arrolho, S. A., Rosa, R. D. 2009. Avaliação Ecológica Rápida para o Plano de Manejo do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, Estado do Amazonas - Relatório Técnico Final do Componente Ictiofauna. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Relatório Técnico).
- Godoi, D. S. 2008. Diversidade e hábitos alimentares de peixes de afluentes do Rio Teles Pires, drenagem do Rio Tapajós, Bacia Amazônica. Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista, Centro de Aqüicultura. Jaboticabal/SP. 147p.
- Gomes, B. M., Pupp, E. C. 2009. Avaliação Ecológica Rápida para o Plano de Manejo do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, Estado do Amazonas - Relatório Técnico Final do Componente Qualidade da Água. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Relatório Técnico Não Publicado).
- Goulding, M., Smith, N. 2007. Palmeiras: Sentinelas para a Conservação da Amazônia. Amazon Conservation Association (ACA), Sociedade Civil Mamirauá. Lima, Peru. 358p.
- Goulding, M. 1980. *The fishes and the forest*. University of California Press. Los Angeles. 280p.
- Gregory, A., Burke, T., Ferris, R., Robson, J., Smithers, R., Whitlock, R. 2006. The conservation of genetic diversity: Science and policy needs in a changing world. *JNCC report*, nº. 383.
- Haddad, C. F. B., Prado, C. P. A. 2005. Reproductive modes in frogs and their unexpected diversity in the Atlantic Forest of Brazil. *BioScience* 55:207-217.
- Henriques, L. M. P., Wunderle Jr., J. M., Willing, M. R. 2003 Birds of the Tapajos National Forest, Brazilian Amazon: a preliminary assessment. *Ornitologia Neotropical*. Vol. 14, p. 1-32.
- Hoehne, F. C. 1919. Leguminsas. Com. Linh. Telegr. Mato Grosso Bot., part 8:73.

- Höld, W. 1990. Reproductive diversity in Amazonian lowland frogs. *Fortschritte der Zoologie* 38: 41-60.
- IBAMA, 2005. Lista IBAMA – Ministério do Meio Ambiente. Lista oficial de espécies da fauna brasileira ameaçada de extinção. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/port/sbf/fauna/index.cfm>>. Acesso em: 23 abr. 2006.
- IBGE, 2014. Cidades. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 21 jan. 2014.
- IBGE, 2006. Assistência Médica Sanitária 2005. Malha municipal digital do Brasil: situação em 2005. Rio de Janeiro.
- IBGE, 2000. Censo Demográfico 2000: Características Gerais da População. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 dez. 2008.
- IBGE, 1999. Geomorfologia – Série Manuais Técnicos em Geociências, Rio de Janeiro.
- ICMBio, 2008. Apresentação Geral do Parque Nacional dos Campos Amazônicos.
- INPE, 2008. Monitoramento da Cobertura Florestal da Amazônia por Satélites, Sistemas Prodes, Deter, Degrad e Queimadas 2007-2008. Ministério da Ciência e Tecnologia. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. São José dos Campos. São Paulo.
- Iriondo, M. 1982 Geomorfologia da planície Amazônica. In. Simpósio do Quaternário do Brasil, 4., , Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: SBG. p. 323-348.
- IUCN, 2009. Red List of Threatened Species - 2008. IUCN – The World Conservation Union. Disponível em: <<http://www.iucnredlist.org/>>. Acesso em: 26 abr. 2009
- ISA, 2014. De Olho as Terras Indígenas. Disponível em: <<http://www.isa.org>>. Acesso em: 14 jan. 2014.
- ISA, 2009. Caracterização Socioambiental das Unidades de Conservação. Instituto Socioambiental. Rondônia. Disponível em: <<http://www.isa.org/uc>>. Acesso em: 25 mai. 2008.
- Jorge-da-Silva, Jr., N. 1993. The snakes from Samuel hydroelectric power plant and vicinity, Rondônia, Brasil. *Herpetol. Nat. History* 1:37-86.
- Kahn, F., Ferreira, E. J. L. 1995. A new species of *Astrocaryum* (Palmae), from Acre, Brazil. *Candollea* 50: pp. 321-328.
- Kanindé, 2005. Diagnostico Sócio-Ambiental da Terra Indígena Igarapé Luordes. Porto Velho: Kanindé - Associação de Defesa Etno-Ambiental. CD-ROM.
- Kolln, A. D., 2007. Impactos Socioeconômicos Negativos: Estudo de Caso da Usina Hidrelétrica Governador Bento Munhoz da Rocha Netto. Pinhão-PR. UNICENTRO.
- Krieger, M. & Sá, M. B. L., 2006 Reavaliação dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Rio Jiparaná – Estudos Finais – Apêndice B. Diagnóstico Ambiental.
- Lema, T., Bernarde, P. S., Macedo-Bernarde, L. C., Nascimento, P. F., Turci, L. C. B., Santos, D. V. 2005. Ocorrência de *Phalotris nasutus* (Gomes, 1915) no estado de Rondônia, Brasil (Serpentes: Colubridae: Elapomorphinae). *Comum. Mus. Ciênc. Tecnol. PUCRS, Ser. Zool.* 18:211-212.
- Lima, P., Magnusson, W. E., Menin, M., Erdtmann, L. K., Rodrigues, D. J., Keller, C.; Höld, W. 2006. Guia de sapos da Reserva Adolpho Ducke, Amazônia Central. Áttema Design Editorial, 168p.
- Lopes, M. A., Ferrari, S. F. 1994. Foraging behavior of a tamarin group (*Saguinus fuscicollis weddelli*) and interactions with marmosets (*Callithrix emiliae*). *International Journal of Primatology*. 3 (15), 373:387.

- Lowe-Macconnell, R. H. 1999. Fauna de Peixes Neotropicais. Em: Estudos ecológicos em comunidades tropicais R. H. Lowe-MacConnell; tradução Vazzoler, A. E. M; Agostinho, A.A; Cunhingham, P. T. M. Editora da Universidade de São Paulo. 534p.
- Macedo, L. C., Bernarde, P. S., Abe, A. S. 2008. Lagartos (Squamata: Lacertilia) em áreas de floresta e de pastagem em Espigão do Oeste, Rondônia, sudoeste da Amazônia, Brasil. *Biota Neotropica* 8:133-139.
- Machado, L. O., 1999 Urbanização e Mercado de Trabalho na Amazônia Brasileira. *Cadernos IPPUR/UFRJ* 13 (1): 109-138, 1999. Disponível em: <<http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras/pesquisa/rede/p03pub.htm>>. Acesso em: 18 mai. 2008.
- Marguilis, S., 2003 Banco Mundial Causas do Desmatamento da Amazônia Brasileira Brasília:Banco Mundial. 100p.
- Martins, G. C., Ferreira, M. M., Curi, N., Vitorino, A. C. T., Silva, M. L. N. 2006. Campos Nativos e Matas Adjacentes da Região de Humaitá (Am): Atributos Diferenciais dos Solos. *Ciênc. Agrotec.*, Lavras. Vol. 30, nº. 2, pp. 221-227.
- Martins, M., Oliveira, M. E. 1998. Natural history of snakes in forests of the Manaus region, Central Amazonia, Brazil. *Herp. Nat. Hist.* 6:78-150.
- Martins, M. 1991. The lizards of balbina, Central Amazonia, Brazil. *Stud. Neotrop. Fauna Environ.* 26:179-190.
- Masson, C. G. M. J. 2005. Subsídios para uma gestão dos recursos hídricos na Amazônia: Estudo de caso da bacia do rio Madeira. Dissertação de mestrado em Planejamento Energético, UFRJ, Rio de Janeiro. 277p.
- Melo, A. E. E. O. 2005. Riqueza de espécies e Uso de Hábitats por Mamíferos Terrestres de Médio e Grande Porte no Alto Rio Marmelos, Manicoré (AM). Tese de Mestrado. Belém. Pará.
- Melo, C. E., Machado, F. A., Pinto-Silva. 2004. Feeding habits of fish from a stream in the savanna os Central Brazil, Araguaia Basin. *Neotropical Ichthyology*. Sociedade Brasileira de Ictiologia. Vol. 2 (1), São Paulo. p. 37-44.
- Menezes, M. L. P., 2000. Tendências atuais das Migrações Internas no Brasil. Rio de Janeiro.
- Menezes, N. A. 1996. Methods for assessing freshwater fish diversity. In: Menezes, N. A., Bicudo, C. E. M. (eds.). *Biodiversity in Brazil: a first approach*. CNPq, São Paulo, p. 289-295.
- Miller, L. E. 1916. Field notes. Em: Allen, J.A. 1916 Mammals collected on the Roosevelt Brazilian expedition, with field notes by Leo E. Miller. *Bulletin of the American Museum of Natural History* 35: 559-610.
- Miranda, E. & Dorado, A. 1998. Um Balanço de dez Anos da Colonização Agrícola em Rondônia. *Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável*. Em: *Sustentabilidade Agrícola na Amazônia – 20 anos monitorando a agricultura em Machadinho d'Oeste*. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. cd-rom.
- Miranda, I. S., Almeida, S. S., Dantas, P. J. 1996. Florística e estrutura de comunidades arbóreas em cerrados de Rondônia, Brasil. *Revista Acta Amazonica*. Vol. 36(4), pp. 419-430.
- Mittermeier, R. A., Werner, T., Ayres, J. M., Fonseca, G. A. B. 1992. O País da Megabiodiversidade. *Ciência Hoje* 81 (14): 21-27.
- MMA, 2014. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 13 jan. 2014.
- MMA, 2014a. Macrozoneamento Ecológico Econômico da Amazônia Legal. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

- MMA, 2009. Programa de Áreas Protegidas da Amazônia. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 21 jan. 2008.
- MMA. 2009a. Projeto Macro ZEE da Amazônia Legal. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 21 jan. 2008.
- MMA, 2008. Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção. Volume I. Machado, A. B. M., Drummond, G. M., Paglia, A. P. (eds.). Biodiversidade 19. Brasília.
- MMA, 2007. Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade na Amazônia Brasileira: Atualização. Ministério do Meio Ambiente. Brasília. 300p.
- MMA, 2005. Lista Nacional da fauna brasileira ameaçada de extinção. Ministério do Meio Ambiente. 2008. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sbf/fauna/index.cfm>>. Acesso em: 02 abr. 2008.
- MMA/PPG7, 2002. Projeto Corredores Ecológicos. Ministério do Meio Ambiente. Brasília. 147p.
- MMA, 2002. Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira: Relatório de Atividades. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 73p.
- MMA, 2001. Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade na Amazônia Brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. PROBIO. Brasília. 404p.
- MMA, 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Ministério do Meio Ambiente. Brasília.
- Mittermeier, R. A.; Werner, T.; Ayres, J. M.; Fonseca, G. A. B. 1992. O País da Megabiodiversidade. *Ciência Hoje* 81 (14): 21-27.
- Montenegro, O. L. 2004. Natural Licks as Keystone Resources for Wildlife and People in Amazonia. PhD Thesis. University of Florida.
- Moraes, R. M. 2008. Influencias de Paisajes Históricas y Evolutivas en la Riqueza Y Distribución Actual de las Palmeras Nativas De Bolivia. In: Tesis de Ingreso de Académica de Número, Academia nacional de Ciencias de Bolivia, La Paz. 57p.
- Morais, P. R., Campos, J. C. V. 1998. Mapa Hidrogeológico do Estado de Rondônia, escala 1:1.000.000, CPRM, Porto Velho.
- Narain, P. 2000 Genetic diversity – Conservation and assessment. *Current Science*. Vol. 79, nº. 2, p.170-175.
- Naranjo, E. J., Bodmer, R. E. 2007. Source–sink systems and conservation of hunted ungulates in the Lacandon Forest, Mexico. *Biological Conservation*, 138, 412-420.
- Nascimento, F. P., Ávila-Pires, T. C., Cunha, O. R. 1988. Répteis Squamata de Rondônia e Mato Grosso coletados através do programa Polonoeste. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série. Zoologia* 4: 21-66.
- Olmos, F. 2005. Birds of a latitudinal transect in the Tapajós-Xingu Interfluvium, eastern Brazilian Amazônia. *Ararajuba*. Vol.13, nº.1, p. 29-46.
- Oren, D. C., 2001. Biogeografia e conservação de aves na região amazônica. In: Biodiversidade na Amazônia Brasileira: Avaliação e Ações Prioritárias, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios. J. P. R. Capobianco, A. Veríssimo, A. Moreira, D. Sawyer, I. dos Santos & L.P. Pinto (orgs.). São Paulo, Instituto Socioambiental, 2001. p. 97-109.
- OTCA, 2006. Organização do Tratado de Cooperação Amazônica - Histórico. Disponível em: <<http://www.otca.org.br>>. Acesso em: 08 fev. 2008.

- Ottmar, R. D., Vihnanek, R. E., Miranda, H. S., Sato, M. N., Andrade, S. M. A. 2001. Séries de estéreo-fotografias para quantificar a biomassa da vegetação do cerrado do Brasil Central. v.I. USDA. General Technical Report. PNW GTR 5191.
- Patterson, B. D. 2000. Patterns and trends in the discovery of new neotropical mammals. *Div. and Dist.*, 6 (3): 145-152.
- Peres, C. A. 2005. Why We Need Megareserves in Amazônia. *Conservation Biology*, Pages 728–733 Vol. 19, nº. 3.
- Prance, G. T. 1996 Islands in Amazonia. *Phil. Trans. Royal Society of London*. Vol. 351, p. 823-833.
- Primack, R. & Corlett, R., 2005. *Tropical Rain Forests: An Ecological and Biogeographical Comparison*. Blackwell Publishing. Oxford, UK. 319p.
- Ramos-Neto, M.B., Pivello, V.R. 2000. Lightning Fires in a Brazilian Savanna National Park: Rethinking Management Strategies. *Environmental Management* Vol. 26, No. 6, pp. 675–684.
- Reis, N. R., Peracchi, A. L., Pedro, W. A., Lima, I. P. 2006. *Mamíferos do Brasil*. Editora da Universidade Estadual de Londrina. 437p.
- Ribeiro, M.B. Paleovegetação e paleoclima no quaternário tardio da Vereda de Aguas Emendadas-DF. Dissertação, Universidade de Brasília, Instituto de Geociências, Brasília. 1994.
- Ricklefs, R. E. 1996. *A Economia da Natureza*. 3ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 470p.
- Ridgely, R. S., Tudor, G. 1989. *The birds of South America*, vol. 1 – the Oscine passerines. University of Texas Press. Austin
- Ridgely, R. S., Tudor, G. 1994 *The birds of South America*. Vol. 2 – the Suboscine passerines. University of Texas Press. Austin. 1994.
- RONDÔNIA/TECNOSOLO/DHV, 1998. Diagnóstico Sócio Econômico e Ecológico do estado de Rondônia para o Zoneamento Sócio-Econômico- Ecológico de Rondonia – ZSEE-RO, Relatório Técnico. Ictiofauna. Porto Velho: DHV Consultants e Eptisa. Vol. 4, 139p.
- RONDÔNIA/SEDAM/PLANAFLORO, 1998. Diagnóstico Sócio-Econômico-Ecológico do Estado de Rondônia e Assistência Técnica para Formulação da Segunda Aproximação do ZEE. Tecnosolo. Vol. 1- 16, Porto Velho,
- RONDÔNIA/SEDAM, 2003. Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico de Rondônia. Mapas de Geologia, Geomorfologia, Pedologia, Aptidão Agrícola e Hidrografia. Porto Velho.
- RONDÔNIA/SEDAM, 2001. Atlas Geoambiental de Rondônia. 2ª ed. L. C. Fernandes, S. Cristina P. Guimarães, (coordenadores), SEDAM/RO: Porto Velho.
- Sano, P.T. 2004. *Actinocephalus* (Körn.) Sano (*Paepalanthus* sect. *Actinocephalus*), a new genus of Eriocaulaceae, and other taxonomic and nomenclatural changes involving *Paepalanthus* Mart. *Taxon* 53(1): pp. 99-107.
- Santos, A. V. 2009 Diagnóstico Socioambiental para o Plano de Manejo do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, Estado do Amazonas - Relatório Técnico Final. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Relatório Técnico).
- Santos, A. V. & Matos, L. 2009. Oficinas de Planejamento Participativo para o Plano de Manejo do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, Estado do Amazonas - Relatório Técnico Final. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Relatório Técnico).
- Santos, A. V., 2008. Diagnóstico Socioambiental do Plano de Manejo do Parque Nacional dos Campos Amazônicos. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Brasília.
- Santos, G. 1991. Pesca e ecologia de peixes de Rondônia. Tese de doutorado, INPA/FUA. *In*: Masson, C. G. M. J. 2005. Subsídios para uma gestão dos recursos hídricos na Amazônia:

- Estudo de caso da bacia do rio Madeira. Dissertação de mestrado em Planejamento Energético, UFRJ, Rio de Janeiro. 277p.
- Saridakis, D. P., Torezan, J. M. D., Andrade, G. O. 2004. Microhabitat preferences of six Drosera (Droseraceae) from Tibagi river basin, Paraná state, Brazil. Braz. arch. biol. technol. [online]. Vol. 47, nº. 4 [cited 2009-05-15], pp. 495-501. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-89132004000400001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 mai. 2009.
- Sasaki, D., Zappi, D., Milliken, W. 2008. Vegetação do Parque Estadual Cristalino, Novo Mundo - MT. Relatório Preliminar. Disponível em: <http://arruda.rits.org.br/oeco/reading/oeco/reading/pdf/relatorio_flora_cristalino.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2008.
- Scandolaria, J. E., Amorim, J. L., Quadros, M. L. E. S., Bahia, R. 1999. A Evolução Geológica do Sudoeste do Craton Amazônico – O Estado de Rondônia e adjacências. Serviço Geológico do Brasil. Porto Velho Rondônia.
- Scandolaria, J. E., Rizzotto, G. J., Silva, C. R., Bahia, R. B. C., Quadros, M. L. E. S. 1996. Revisão da Geologia do Estado de Rondônia e áreas adjacentes. In: SBG, Cong. Brás. Geol., 39, Salvador, Anais, 1:47-50.
- Scatena, V. L., Oriani, A., Sano, P. T. 2005. Anatomia de raízes de Actinocephalus (Koern.) Sano (Eriocaulaceae). Acta Botanica Brasilica, 19(4): 835-841.
- Schneider, M. P. C. 2004. Diversidade de Vertebrados no alto Rio dos Marmelos (BX 044). MMA/MCT-FNMAPROBIO. Relatório PROBIO 02/2001. Belém do Pará. 2004.
- SDS/AM, 2009 Proposta de Macrozoneamento Ecológico-Econômico. Manaus: Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável AM, em www.sds.am.gov.br
- SDS, 2009a. Proposta de Macrozoneamento Ecológico-Econômico. Manaus: Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Manaus. Amazonas. Disponível em: <<http://www.sds.am.gov.br>>. Acesso em: 16 fev. 2008.
- SDS, 2009b. Áreas Protegidas do Amazonas. Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Manaus. Amazonas. Disponível em: <<http://www.sds.am.gov.br>>. Acesso em: 16 fev. 2008.
- SEDAM, 2002 Diagnóstico Socioeconômico do Estado de Rondônia – Plano Estratégico de Rondônia. Relatório Final. Porto Velho. Rondônia.
- SEDAM, 2001. 2ª Aproximação do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Rondônia. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Porto Velho, Rondônia.
- SEMA, 2014. Unidades de Conservação Estaduais. Disponível em: <http://www.sema.mt.gov.br>. Acesso em: 14 de jan. 2014.
- SEPLAN/CENEC, 2004. Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Mato Grosso – Relatório Técnico e Projeto de Lei. Cuiabá. Mato Grosso.
- SEPLAN/CENEC, 2008. Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Mato Grosso – Relatório Técnico e Projeto de Lei. Cuiabá. Mato Grosso.
- SEPLAN, 2008. Unidades de Conservação de Mato Grosso. Mato Grosso. Disponível em: <<http://www.mt.gov.br/seplan>>. Acesso em: 15 fev. 2008.
- SEPLAN/MT, 2008. Diagnóstico e Zoneamento Sócio – Econômico - Ecológico – ZSEE – MT. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral – SEPLAN, Cuiabá.

- SEPLAN/MT, 1998. ZSEE-MT SEPLAN-MT, 1998. Diagnóstico e Zoneamento Sócio – Econômico - Ecológico – ZSEE – MT. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral – SEPLAN. Cuiabá.
- Sick, H., 1997. Ornitologia Brasileira. Edição revista e atualizada por José Fernando Pacheco. Rio de Janeiro, Nova Fronteira. 912p.
- Sigrist, T. 2007. Guia de Campo – Aves do Brasil Oriental. São Paulo, AvisBrasilis.
- Sigrist, T., 2006. Aves do Brasil – uma visão artística. São Paulo, AvisBrasilis.
- Silva, M. 2009. Avaliação Ecológica Rápida para o Plano de Manejo do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, Estado do Amazonas - Relatório Intertemático Consolidado. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Relatório Técnico).
- Silva, M. N. F., Rylands, A. B., Patton, J. S. L. 2001. Biogeografia e conservação da mastofauna na Floresta Amazônica brasileira. In: Biodiversidade na Amazônia Brasileira: Avaliação e Ações Prioritárias, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios/ Capobianco, J.P.R., Veríssimo, A.; Moreira, A.; Sawyer, D.; Santos, I.; Pinto, L.P. (org.). São Paulo, Instituto Socioambiental, 2001.
- Silveira, L., Rodrigues, F. H. G., Jácomo, A. T. A., Diniz-Filho, J. A. 1999, Impact of wildfires on the megafauna of Emas National Park, central Brazil, Oryx. Vol 33, No 2.
- Sitole, S. 1999. "*Atelocynus microtis*" (On-line), Animal Diversity Web. Disponível em: <http://animaldiversity.ummz.umich.edu/site/accounts/information/Atelocynus_microtis.html>. Acesso em: 07 jan. 2009.
- Sobral, M. E. G., Gallo-de-Oliveira, A. V. G., Vasconcelos, J., Santos, R. R., Irgang, G. V. 2006. Relatório de Vegetação para o Plano de Manejo da Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo, Pará. ICV/WWF-Brasil/IBAMA. 32p.
- Sobrevilla & Bath, 1992. Evaluacion Ecologica Rapida - un manual para usuarios de América Latina y el Caribe. Edición preliminar. The Nature Conservancy. Arlington, USA.
- Souza, T. B., Leandro, E. L. 2009. Diagnóstico do Uso Público para o Plano de Manejo do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, Estado do Amazonas. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Relatório Técnico).
- Souza, M. B. 2002. Diversidade de anfíbios nas unidades de conservação ambiental: Reserva Extrativista do Alto Juruá (REAJ) e Parque Nacional da Serra do Divisor (PNSD), Acre, Brasil. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista – Unesp, Rio Claro, São Paulo.
- Stotz, D. F., Lanyon, S. M., Schulenberg, T. S., Willard, D. E., Peterson, T., Fitzpatrick, J. 1997. Avifauna Survey of two tropical forest localities on the middle Rio Jiparaná, Rondônia, Brazil. Ornithological Monographs, 48: 763-781.
- Stotz, D. F.; Fitzpatrick, J. W.; Parker III, T. A.; Moskovits, D. K., 1996. Neotropical Birds - Ecology and Conservation. The University of Chicago Press, Chicago and London. 478p.
- Stotz, D. F.; Lanyon, S. M.; Schulenberg, T. S.; Willard, D. E.; Peterson, T.; Fitzpatrick, J., 1997. *Avifauna Survey of two tropical forest localities on the middle Rio Jiparaná, Rondônia, Brazil.* Ornithological Monographs, 48: 763-781.
- Strussmann, C. 2000. Herpetofauna, P. 153-189. In: C.J.R. ALHO; P.N. CONCEIÇÃO; Fauna silvestre da região do rio Manso, MT. Brasília. IBAMA. 267p.
- Tassinari, C. C. G. 1984. Evolução Geotectônica da Província rio Negro-Juruena na região Amazônica. Dissertação de Mestrado, USP/ Instituto de Geociências, São Paulo.
- TECNOSOLO/DHV, 1998. Diagnóstico Sócio Econômico e Ecológico do estado de Rondônia para o Zoneamento Sócio-Econômico- Ecológico de Rondonia. Relatório Técnico. Ictiofauna. Porto Velho: DHV Consultants e Eptisa. Volume 4, 139p.

- Tocher, M. 1998. Diferenças na composição de espécies de sapos entre três tipos de floresta e campo de pastagem na Amazônia central. Pp. 219-232 *In*: Gascon, C.; Moutinho, P. (Eds). Floresta Amazônica: Dinâmica, Regeneração e Manejo. Amazonas, Manaus, Ministério da Tecnologia e Ciência, Instituto de Pesquisas da Amazônia.
- Uhl, N. W., Dransfield, J. 1987. Genera Palmarum. Allen Press, Lawrence, Kansas, USA. 610p.
- UNEP/CBD/COP5, 2000. *Decisions adopted by The Conference of the Parties to the Convention on Biological Diversity at its Fifth Meeting*. Nairobi, 15-26.
- UNEP/CBD/COP7, 2004. Enfoque por ecosistemas. Proyecto de decisión presentado por el Presidente del Grupo de Trabajo I. Conferência das Partes no Convênio sobre Diversidade Biológica. Sétima reunião. Kuala Lumpur.
- Vanzolini, P. E. 1986. Levantamento herpetológico da área do Estado de Rondônia sob a influência da rodovia Br-364. Polonoreste/Ecologia Animal. Relatório de Pesquisa nº 1, Brasília, CNPq, 50p.
- Vari, R. P., Malabarba, L. R. 1998. Neotropical ichthyology na overview. *In*: Phylogeny and classification of Neotropical fish. Malabarba, L. R.; Reis, R. E.; Lucena, C. A. S. & Vari, R. P.(Eds.) EDIPUCRS, Porto Alegre. p. 1-11.
- Veloso, H. P., Rangel-Filho, A. L. R., Lima, J. C. A. 1991. Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal. Rio de Janeiro, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. 123p.
- Vidotto, E., Pessenda, L. C. R., Ribeiro, A. S., Freitas, H. A., Bendassolli, J. A. 2007. Dinâmica do ecótono floresta-campo no sul do estado do Amazonas no Holoceno, através de estudos isotópicos e fitossociológicos. *Acta Amaz.* [online]. Vol. 37, nº 3, pp. 385-400.
- Voss, R. S., Emmons, L. H. 1996. Mammalian diversity in Neotropical lowland rainforests: a preliminary assesment. *Bulletin of the American Museum of Natural History*, nº 230, p.1-115.
- Yuki, R. N., Galatti, U., Rocha, R. A. T. 1999. Contribuição ao conhecimento da fauna de Squamata de Rondônia, Brasil, com dois novos registros. *Boletim Paraense Emílio Goeldi, série Zoologia* 15: 181-193.
- WWF, 2009. Efetividade de Gestão das Unidades de Conservação no Estado do Mato Grosso.
- WWF, 2008. Programa Áreas Protegidas da Amazônia. Disponível em: <<http://www.wwf.org.br>>. Acesso em: 18 mar. 2008.
- Zimmerman, B. L., Rodrigues, M. T. 1990. Frogs, snakes, and lizards of the INPA/WWF reserves near Manaus, Brazil. Pp. 426-454 *In*: A. H. Gentry (ed.), *Four Neotropical Rainforests*. Yale University Press, New Have.